

CONSELHOS

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS
E TURISMO DO ESTADO DE
SÃO PAULO | 30 | ABR/MAI 2015

FIDELIDADE QUE RECOMPENSA

O desafio da Multiplus é engajar o consumidor para que ele acumule e resgate cada vez mais pontos. A estratégia do presidente da empresa, Roberto Medeiros, envolve comunicação e oferta de prêmios que o cliente enxergue valor

Análises:

Cláudio Dedecca, Clemente Ganz Lúcio, Danilo Dupas, Evaldo Alves, Fábio Bentes, Fernando Haddad, Jorge Duarte, Luiz Fernando Furlan, Paulo Dutra, Renato Janine Ribeiro, Roberto Livianu

R\$ 18,90



ANO 05 • Nº 30 • abril/maio • 2015

ISSN 2778-1583

9 772378 158005

**10 CONGRESSO
DE EDUCAÇÃO
DIGITAL**

**DE OLHO
NO USO DA TECNOLOGIA**

5 DE MAIO DE 2015



A era da informação gerou a necessidade de se desenvolver uma educação digital de qualidade para que as novas gerações aprendam a usar a tecnologia de forma consciente. Com o intuito de debater essa questão, a FecomercioSP apresenta o I Congresso de Educação Digital. O evento traz uma programação imperdível. Confira:

- ✓ Sociedade digital: uma nova realidade
- ✓ Cyberbullying, racismo, crimes de ódio
- ✓ Educação, segurança, saúde e ética (esse mundo digital)
- ✓ Cases de políticas públicas de inclusão digital
- ✓ A educação em um universo autodidata, multidisciplinar e conectado
- ✓ Softwares de controle parental (ou de navegação)
- ✓ Segurança e responsabilidade (a responsabilidade é de todos: escola, aluno e família)
- ✓ O ponto de vista dos jovens (as aflições e anseios da nova geração)
- ✓ Sexualidade na geração digital
- ✓ A visão do Poder Judiciário
- ✓ Oportunidades na era digital: projeto de vida – a internet como caminho para um futuro próspero e sustentável

P · A · R · T · I · C · I · P · E

Informações pelo site: www.fecomercio.com.br

RSVP

educacaodigital@eventar.com.br

(11) 2626-0538

Realização

FECOMERCIO

 Representa muito para você.


 TECNOLOGIA DA
 INFORMAÇÃO
 CONSELHO
 F E C O M E R C I O S P

Curadoria


Nethics
 NETHICS

DESTAQUES

Aspas desta edição



A GRANDE MELHORIA VEM DA SOMA DE PEQUENAS COISAS, MAS O BRASILEIRO ACHA QUE ISSO INDEPENDE DELE

LUIZ FERNANDO FURLAN,
EMPRESÁRIO [pág. 68]

O ATUAL PATAMAR DO DÓLAR PERANTE O REAL OFERECE UMA PERSPECTIVA POSITIVA PARA O PAÍS RETOMAR AS EXPORTAÇÕES E O PNE PODE SER UM VETOR PARA MANTER O NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

ARMANDO MONTEIRO, MINISTRO DE DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO EXTERIOR [pág. 58]

PARA MUITOS NEGÓCIOS, A ÁGUA É UM INSUMO PRIMORDIAL. POR CONSEQUÊNCIA, A DINÂMICA ECONÔMICA SERÁ AFETADA

JORGE DUARTE, PRESIDENTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA FECOMERCIO-SP [pág. 87]

EXPEDIENTE

FECOMERCIO-SP

PRESIDENTE Abram Szajman
DIRETOR-EXECUTIVO Antonio Carlos Borges
CONSELHO EDITORIAL Ives Gandra Martins, Jorge Duarte, José Goldemberg, Renato Opice Blum, José Pastore, Pedro Guasti, Antonio Carlos Borges

TUTU

DIRETOR DE CONTEÚDO André Rocha EDITORA Marineide Marques REPÓRTERES Filipe Lopes e Rachel Cardoso ESTAGIÁRIA Priscila Oliveira REVISÃO Flávia Marques, Luisa Soler e Paulo Teixeira FOTOS Ciete Silvério, Emiliano Hagge e Rubens Chiri

JORNALISTA RESPONSÁVEL André Rocha MTB 45 653/SP

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Cristiane Cortez, Danilo Dupas, Fabíola Perez, Ives Gandra Martins, Jaime Vasconcellos e Roberta Prescott

EDITORES DE ARTE Clara Voegeli e Demian Russo
CHEFE DE ARTE Carolina Lusser DESIGNERS Renata Lauletta e Laís Brevilheri ASSISTENTES DE ARTE Paula Seco, Raísa Almeida e Vitória Bernardes ESTAGIÁRIO Yuri Miyoshi

IMPRESSÃO Pancrom Indústria Gráfica
TIRAGEM 15 mil exemplares

FALE COM A GENTE conselhos@fecomercio.com.br

EXECUTIVA DE NEGÓCIOS (11) 3170-1571 | 96861-9767
Natalie Kardos: natalie.kardos@agenciatutu.com.br

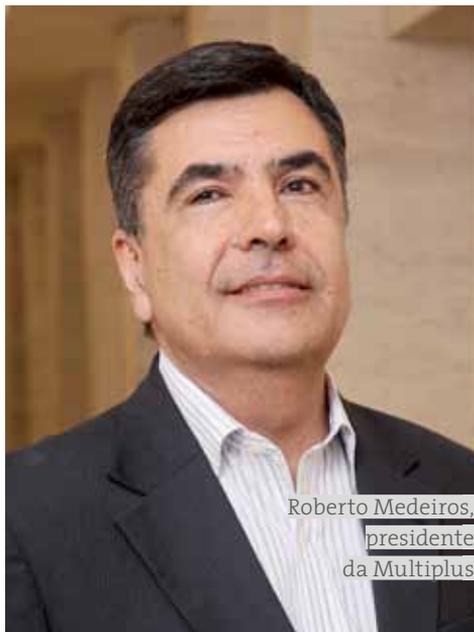
REDAÇÃO Rua Itapeva, 26, 11º andar.
Bela Vista – CEP 01332-000 São Paulo/SP | tel.: (11) 3170-1571

Senac Sesc FECOMERCIO 

Aqui tem a força do comércio

SUMÁRIO

ROBERTO MEDEIROS <i>entrevista com o presidente da Multiplus</i>	08
JANELA DE OPORTUNIDADE <i>Brasil atravessa um período de bônus demográfico, com predominância da população na faixa etária mais produtiva e consumidora</i>	18
PAULISTANO (IN)SATISFEITO <i>Pesquisa que mede o nível de satisfação da população com a cidade de São Paulo aponta ligeira melhora em 2014, mas a nota ainda é baixa</i>	28
UMA FEDERAÇÃO MAIOR DO QUE O PIB <i>Ives Gandra Martins</i>	38
CINCO PERGUNTAS <i>Para Roberto Livianu</i>	42
LUZ AMARELA <i>Indicadores de desemprego começam a dar sinais preocupantes e as perspectivas não são otimistas</i>	46
É HORA DE REDEFINIR PRIORIDADES <i>PNE é a esperança para retomar o superávit da balança comercial</i>	56
LUZ FERNANDO FURLAN <i>entrevista com o empresário e ex-ministro da Indústria e Comércio</i>	66
PENSATA <i>Danilo Dupas</i>	74
RUMO AO INTERIOR <i>Empresas e trabalhadores se deslocam para o interior de São Paulo</i>	80
CRISE DA ÁGUA AFETA O COMÉRCIO <i>Cristiane Cortez e Jaime Vasconcellos</i>	88
EM ASCENSÃO <i>Peru desponta como destino de investimento</i>	92





EM BUSCA DA FIDELIDADE

Abram Szajman,
presidente da Federação
do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo do Estado
de São Paulo, entidade gestora
do Sesc-SP e do Senac-SP

Parece um paradoxo que o consumidor tenha de ser educado para não jogar dinheiro fora, mas é mais ou menos esse o desafio da Multiplus, dona do maior programa de fidelidade do País. O dinheiro jogado fora se traduz na forma de milhares de pontos, que são esquecidos todos os anos pelos participantes. O desinteresse alcança em torno de 17% dos pontos acumulados, que expiram sem que as pessoas os convertam em prêmios. Por que isso acontece? Porque boa parte dos consumidores brasileiros não vê valor em programas de fidelidade – pela desinformação, pela baixa atratividade das recompensas oferecidas ou pela dificuldade em se resgatar prêmios que sejam, de fato, objetos de desejo, como as passagens aéreas.

Em entrevista à **Conselhos**, o presidente da Multiplus, Roberto Medeiros, comenta os desafios que tem pela frente, a começar pelo maior engajamento das pessoas em torno do programa, já que muitas operações que poderiam resultar em pontos são simplesmente ignoradas pelo consumidor. Para a Multiplus, tão importantes quanto os clientes é a rede de parceiros – empresas nas quais as compras podem ser transformadas em pontos.

Nesta edição, publicamos também uma entrevista com o empresário e ex-ministro Luiz Fernando Furlan, que ocupou a pasta da Indústria e Comércio Exterior entre os anos de 2003 e 2007. Ele traça paralelos entre aquele momento e o atual, analisando aspectos econômicos e políticos, além de comentar temas relacionados a comércio internacional, marcas globais e obstáculos ao crescimento do País.

Outros assuntos de relevância nacional estão retratados nas páginas que seguem, como a queda nos indicadores de emprego, a desindustrialização da capital paulista e as oportunidades criadas com o Plano Nacional de Exportações. [&]

“NO BRASIL, MENOS DE 7% DA POPULAÇÃO ESTÁ INSCRITA EM PROGRAMAS DE FIDELIDADE”

O brasileiro dá pouco valor a programas de fidelidade. O maior deles, a Multiplus, tem 13,8 milhões de participantes, mas apenas um terço é ativo – ou seja, fez pelo menos uma transação nos últimos 12 meses. “Nosso desafio é engajar as pessoas para que elas acumulem pontos em todas as frentes”, diz o presidente da Multiplus, Roberto Medeiros. O desinteresse faz com que 17% a 18% dos pontos sejam esquecidos pelos clientes, sem conversão em prêmios. Para evitar que isso aconteça, a empresa vem ajustando a rede de parceiros, formada por 416 companhias, a fim de oferecer opções de resgate nos mais variados segmentos.

TEXTO **MARINEIDE MARQUES**

FOTOS **RUBENS CHIRI**



Ainda que haja retração no consumo ao longo de 2015, a **Multiplus** deve manter a trajetória de crescimento. A explicação está no uso crescente do cartão de crédito, em substituição ao dinheiro e ao cheque. A empresa encerrou 2014 com lucro líquido de R\$ 235 milhões, ou 40% a mais do que no ano anterior. O crescimento da receita foi de 10% – R\$ 1,819 bilhão. O potencial, no entanto, é bem maior: a estimativa é de que 40% das compras que poderiam ser convertidas em pontos sejam ignoradas pelos participantes. “Queremos continuar aumentando a penetração do serviço e só conseguiremos isso se o participante enxergar valor na Multiplus”, afirma o presidente da empresa, Roberto Medeiros. Em entrevista à **Conselhos**, ele fala sobre os planos de crescimento, destaca a importância da tecnologia para o modelo de negócios e discorre sobre a necessidade de educar o consumidor brasileiro em relação aos programas de fidelidade. Para isso, a Multiplus vem intensificando a comunicação por e-mail e apostando em novos canais, como o Facebook e o aplicativo móvel. Criada há cinco anos como unidade de negócios da TAM, a Multiplus chegou à Bolsa de Valores em 2010 já como empresa independente, mas o controle continua com a companhia aérea, dona de 72% das ações. A relação entre as duas é estreita: 48% dos resgates de pontos correspondem a voos domésticos; 40% são para voos internacionais; e apenas 12% são para outras aquisições, com a predominância de eletroeletrônicos.

COMO A MULTIPLUS GANHA DINHEIRO?

São três fontes distintas de receita. A primeira é a receita financeira: temos em torno de R\$ 1,3 bilhão em caixa, aplicado de forma bastante conservadora. Esse dinheiro é proveniente da compra de pontos pelas empresas parceiras. Por exemplo, para a TAM dar pontos a cada voo ao cliente, ela precisa adquiri-los da Multiplus, que cobra por isso. Esse dinheiro, recebido da companhia aérea, é aplicado no mercado financeiro até que o cliente resgate os pontos. Já a segunda fonte de receita é a diferença de valor entre a compra e a venda desses pontos. A Multiplus ganha desconto por comprar 6 milhões de passagens aéreas por ano da TAM. Somos o maior canal de venda de passagens da TAM e o maior vendedor de eletroeletrônicos do Ponto Frio. A terceira fonte de receita são os pontos que as pessoas esquecem de resgatar. Esse volume gira em torno de 17% a 18% do total de pontos da companhia. Depois de dois anos, os pontos vencem e se transformam em receita para a empresa. Sinceramente, preferíamos não ter essa receita porque as pessoas que usam os pontos são mais engajadas. As estatísticas mostram que essas pessoas acumulam três ou quatro vezes mais do que as outras. Afinal, o grande objetivo de um programa de fidelidade é fazer com o que cliente acumule pontos e privilegie os parceiros.

A MULTIPLUS SE DEFINE COMO UMA EMPRESA FINANCEIRA?

Os analistas de mercado que observam a empresa são tanto os profissionais que acompanham o varejo como os que acompanham a área financeira. Eu entendo que estamos mais para o varejo, afinal, ajudamos os nossos parceiros a vender mais.

“AS PESSOAS QUE USAM OS PONTOS SÃO MAIS ENGAJADAS. AS ESTATÍSTICAS MOSTRAM QUE ESSAS PESSOAS ACUMULAM TRÊS OU QUATRO VEZES MAIS DO QUE AS OUTRAS”



A MULTIPLUS TEM QUANTOS PARTICIPANTES?

São 13,8 milhões de participantes, dos quais 4,5 milhões são ativos, ou seja, fizeram pelo menos uma transação nos últimos 12 meses. Nosso desafio é engajar as pessoas para que elas acumulem pontos em todas as frentes. Para isso, procuramos manter uma comunicação efetiva com o participante por e-mail, sem ser abusivo.

COMO ESTIMULAR A ADEÇÃO DO VAREJO?

Temos 416 parceiros e o meu desafio é convencê-los de que suas vendas vão aumentar caso eles participem de nossa coalizão. Por isso, não faz sentido eu ter empresas concorrentes como parceiras. Nosso trabalho é fazer com que as pessoas prefiram o posto Ipiranga e o Ponto Frio. Eu ajudo nossos parceiros na medida em que levo até eles mais consumidores interessados em comprar para acumular pontos.

QUAIS SÃO AS VANTAGENS QUE A MULTIPLUS OFERECE AO LOJISTA QUE PRETENDE SE ASSOCIAR AO PROGRAMA?

Garanto que ele só tem a ganhar com a parceria: as vendas aumentam e o custo de marketing é mínimo. No momento do resgate, o pagamento é feito à vista, sem taxa de cartão ou risco de inadimplência.

A REDE DE PARCEIROS PARA O RESGATE DOS PONTOS É NECESSARIAMENTE A MESMA?

Não. Você acumula e resgata com os parceiros com os quais mantemos uma relação de exclusividade e/ou de preferência, como o Ponto Frio e a TAM. Com esses parceiros, é possível resgatar os pontos inclusive pelo aplicativo da Multiplus, dando apenas alguns cliques. Nossa missão é fazer com que os parceiros ofereçam produtos de valor – porque cafeteira, adega de seis garrafas, espelhinho e colar

ENTREVISTA

Roberto Medeiros – Multiplus



“NOSSA MISSÃO É FAZER COM QUE OS PARCEIROS OFEREÇAM PRODUTOS DE VALOR – PORQUE CAFETEIRA, ADEGA DE SEIS GARRAFAS, ESPELHINHO E COLAR HAVAIANO NÃO FUNCIONAM MAIS. O NÍVEL DE EXIGÊNCIA DOS PARTICIPANTES AUMENTOU”

havaiano não funcionam mais. O nível de exigência dos participantes aumentou, o que me obriga a interagir com eles para descobrir as suas preferências.

QUAL É O PERFIL DOS RESGATES?

Hoje, 48% dos resgates correspondem a voos domésticos; 40% são para voos internacionais; e 12% são para outras aquisições, com a predominância de eletroeletrônicos.

EXISTEM PLANOS PARA REDUZIR A PARTICIPAÇÃO DAS PASSAGENS AÉREAS?

Em mercados mais maduros, o máximo de participação dos outros produtos é de 20%, a exemplo do Canadá. Não temos pretensão de ir além dos 20%, mas, se conseguíssemos, seria ótimo. No fim, o que importa é ter uma combinação que atenda aos interesses de ambos – clientes e empresas parceiras. Não adianta ter um supermercado muito pequeno como parceiro, por melhor que ele seja, se o meu cliente não o frequenta.

A SUA MARGEM EM OUTROS PRODUTOS É MAIOR DO QUE NAS PASSAGENS AÉREAS?

É ligeiramente maior, mas esse não é o motivador. O grande objeto de desejo é a viagem. O problema é que a maioria das pessoas quer viajar em dezembro, janeiro e julho, períodos em que é muito difícil conseguir reservas. Então, a Multiplus precisa dar uma alternativa de valor para esse cliente.

COMO MUDAR A PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR DE QUE OS PONTOS ACUMULADOS NUNCA SÃO SUFICIENTES PARA O QUE ELE REALMENTE DESEJA?

O cliente precisa se planejar. Caso contrário, gastará mais pontos.

COMO EDUCAR O CONSUMIDOR BRASILEIRO?

É difícil porque as pessoas resistem até a navegar pelo site. Se você tiver a oportunidade de escolher com calma a data do embarque, é possível ver, dia a dia, quantos pontos são necessários para a viagem. Procuramos levar informações relevantes ao cliente como forma de educá-lo e de estimular o engajamento, tanto para o acúmulo como para o resgate de pontos.

QUAL É A TAXA DE PENETRAÇÃO DOS PROGRAMAS DE FIDELIDADE NO MERCADO BRASILEIRO?

No Brasil, menos de 7% da população está inscrita em programas de fidelidade. É um número muito baixo. Na Inglaterra, por exemplo, a taxa de penetração está acima de 30%. Não existem dados exatos, mas a estimativa é de que somente 60% dos pontos que o brasileiro acumula com o cartão de crédito são efetivamente contabilizados no programa de fidelidade. Os outros 40% se perdem.

ESSE TRABALHO DE CONVENCIMENTO É SEU OU DO BANCO?

É da Multiplus, afinal, a decisão de transferir os pontos para o programa de fidelidade é do consumidor, da mesma forma que cabe a ele escolher o posto de gasolina ou a companhia aérea desejada. Assim, eu trabalho para ter uma relação muito próxima com o cliente por meio dos e-mails e das redes sociais. Mensalmente, 600 milhões de pontos são resgatados pelo Facebook.

QUAL É O BALANÇO DE 2014?

Foi um ano desafiador para a Multiplus porque aumentamos a base de participantes, elevamos o total de pessoas ativas e ajustamos a

quantidade de parceiros. Também foi um ano de grandes inovações, já que modificamos o site e o aplicativo móvel. Temos 670 mil participantes usando o aplicativo. Para 2015, queremos aumentar ainda mais a penetração do serviço e só conseguiremos isso se o participante enxergar valor na Multiplus. Somos o único programa de fidelidade do mundo que permite o acúmulo de pontos na compra de um produto pelo site da Apple. Também somos os únicos que têm parceria com a indústria automobilística. Se você comprar um Peugeot, ganhará pontos que podem ser usados, inclusive, para pagar a revisão do veículo na rede autorizada.

A PERSPECTIVA PARA 2015 É DE UM ANO MAIS DIFÍCIL E O VAREJO ESTÁ MUITO CAUTELOSO. MENOR CONSUMO NO VAREJO SIGNIFICA UM RESULTADO PIOR PARA A MULTIPLUS?

Significa um desafio maior. Nossa missão é engajar o consumidor para que ele prefira os nossos parceiros e, assim, mantenha o fluxo em todo o ecossistema. Não trabalhamos com a expectativa de retração porque a penetração é muito baixa. Mesmo que a população diminua o consumo, temos a oportunidade de aumentar nossa penetração. Em tese, compensamos essa redução, caso ela se confirme. Outro ponto é que as pessoas vão continuar usando mais cartões de crédito e de débito, em detrimento de cheque ou do dinheiro. Então, mesmo que o consumo seja o mesmo, a tendência é que a Multiplus se beneficie do maior uso do cartão.

PARA AUMENTAR A PENETRAÇÃO DO SERVIÇO, A TENDÊNCIA É QUE O SEU INVESTIMENTO EM MARKETING SEJA MAIOR?

Sim, tende a ser maior a cada ano. Em alguns casos, o investimento em marketing é dividido com o parceiro. Em vez de reduzir o preço,



“NÃO EXISTEM DADOS EXATOS, MAS A ESTIMATIVA É DE QUE SOMENTE 60% DOS PONTOS QUE O BRASILEIRO ACUMULA COM O CARTÃO DE CRÉDITO SÃO EFETIVAMENTE CONTABILIZADOS NO PROGRAMA DE FIDELIDADE. OS OUTROS 40% SE PERDEM”

o varejo pode dobrar o acúmulo de pontos na compra de um determinado produto para zerar o estoque, por exemplo. Todos ganham com isso: o lojista zera o inventário sem baixar o preço; o participante acumula pontos extras; e a Multiplus cumpre o seu papel de colaborar com os negócios do parceiro.

O PRINCIPAL INVESTIMENTO DA MULTIPLUS É A TECNOLOGIA?

Sim. Investimos bastante em tecnologia, CRM [*Customer Relationship Management*], base de dados e ferramentas que nos permitam conhecer nosso cliente para desenvolvermos promoções que o atraiam. [¶]

Plano de Saúde Coletivo por Adesão.

Empregador do Comércio: na Qualicorp você tem excelentes opções para cuidar da saúde, pelo melhor preço.¹



Planos de saúde coletivos por adesão são aqueles disponibilizados para pessoas de uma mesma categoria profissional ou área de atuação, por meio de sua entidade de classe. É o seu caso, Empregador do Comércio associado à FECOMERCIO-SP. A Qualicorp é líder nesse mercado e trabalha para você ter cada vez mais acesso à saúde de qualidade. Confira.



As mais conceituadas operadoras de saúde do Brasil.



Inúmeras opções de planos com os melhores médicos, hospitais e laboratórios.²



Além da FECOMERCIO-SP, somos parceiros de centenas de entidades, o que nos dá legitimidade para negociar preços mais baixos.

A Qualicorp utiliza a força da coletividade para ajudar você a cuidar da sua saúde.

Antes de escolher seu plano, converse com a Qualicorp.

Ligue:

0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

ou acesse:

www.economizecomaqualicorp.com.br



FECOMERCIOSP

 Qualicorp

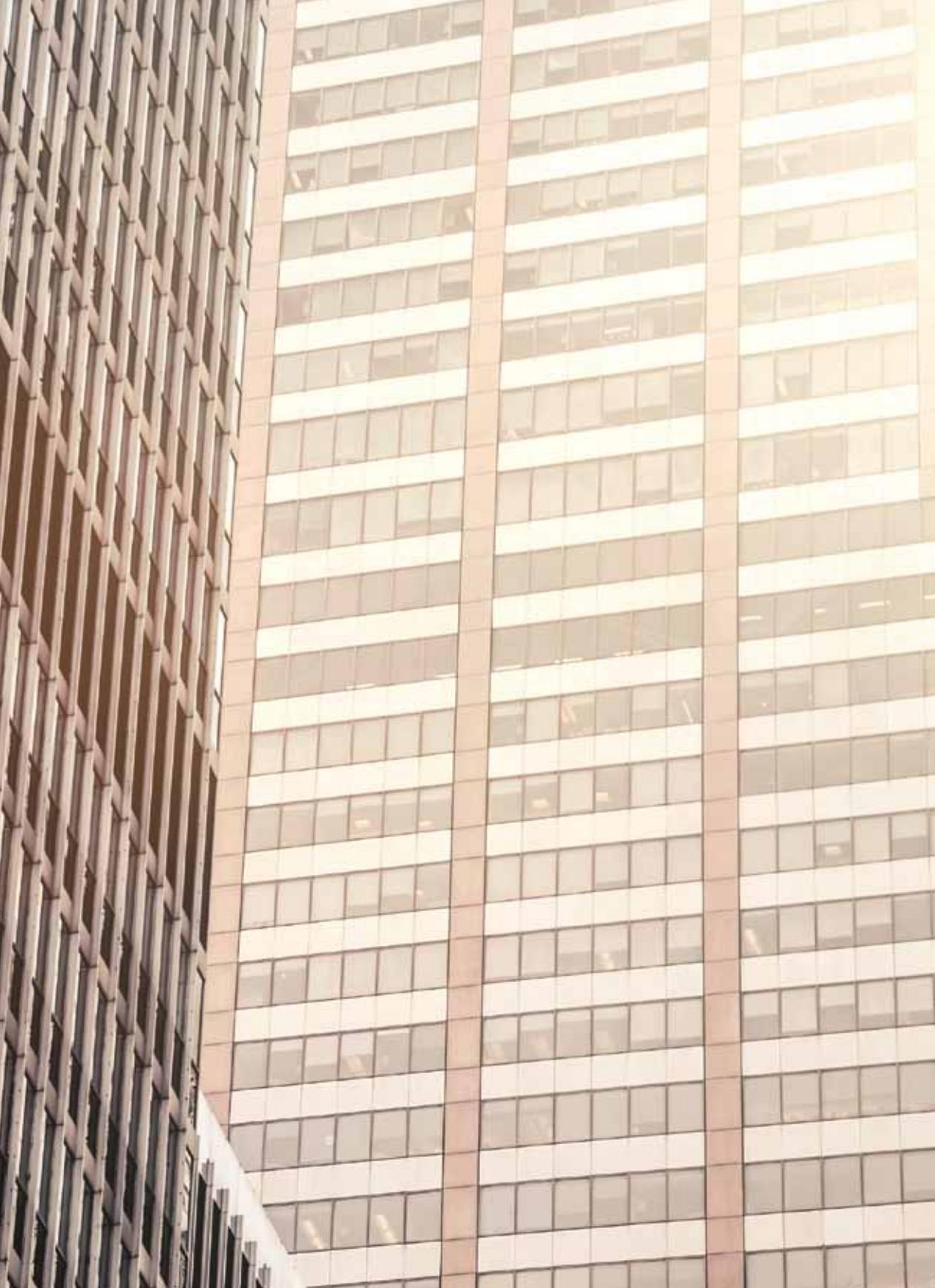
¹Preços e condições obtidos pela negociação coletiva da Qualicorp com as operadoras de saúde parceiras. ²De acordo com a disponibilidade da rede médica da operadora de saúde escolhida e do plano contratado.

Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Março/2015.

JANELA DE OPORTUNIDADE

Brasil vive período conhecido como bônus demográfico, no qual a população ativa é maior do que o contingente de crianças e idosos. Esse fenômeno pode se traduzir em aumento das taxas de poupança e de produtividade, mas também impõe desafios nos campos da Previdência, da economia, da educação e dos recursos humanos.

TEXTO **FILIPE LOPES**



Muito se fala sobre as consequências de uma população predominantemente idosa em 30 ou 40 anos, mas, agora, vivemos o fenômeno dos “trintões”, que é a faixa etária mais produtiva e consumidora. Os adultos entre 30 e 34 anos tornaram-se, em 2014, o segmento majoritário no Brasil. Até 2018, a faixa etária de 30 a 39 anos será a maioria da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso exige planejamento para que o País aproveite esse bônus demográfico e se prepare para o envelhecimento futuro, que demandará estoque econômico suficiente para dar conta de milhões de aposentados.

Atualmente, a faixa de 30 a 39 anos representa 16,4% da população total – ou 33,4 milhões de brasileiros. Apesar de não ser a maioria, essa camada é a maior entre todas as outras e teve o crescimento intensificado entre 2000 e 2010: enquanto a população brasileira aumentou 12% nesse período, a faixa dos 30 anos cresceu 16,5%. Uma população com esse perfil significa que, proporcionalmente, há mais gente produzindo do que pessoas dependentes desse grupo. Os resultados podem revelar o crescimento econômico e o aumento da renda média da população, mas é preciso pensar no longo prazo, afinal, os trintões vão envelhecer. Segundo o IBGE, em 2050, cerca de 30% da população terá mais de 60 anos e a faixa entre zero e 14 anos representará apenas 14% do contingente. “São necessárias medidas para que a Previdência Social não dependa apenas da alta de impostos para se manter. Caso contrário, o governo não terá como pagar esses futuros aposentados, pois não haverá população ativa para sustentar a Previdência”, aponta o assessor técnico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), Fábio Pina.

“A ECONOMIA NÃO SE FAZ SOMENTE COM VONTADE. É PRECISO INFRAESTRUTURA, LEIS, NORMAS E CONDIÇÕES POLÍTICAS E FINANCEIRAS PARA SE APROVEITAR, DE FATO, ESSE POTENCIAL”

PAULO ANCONA LOPEZ, DIRETOR DA CONSULTORIA VECCHI ANCONA



Foto: Rubens Chiri

O fato é que, em poucos anos, a maioria da população do País será economicamente ativa, gerando impacto na economia em geral, pela movimentação que o consumo de bens e serviços gera; no mercado de trabalho, pela grande oferta de mão de obra; nas previdências pública e privada, pelo aumento da arrecadação; e no mundo corporativo, já que essa parcela da população conta com profissionais experientes e que estão no auge da produtividade.

POTÊNCIA ECONÔMICA

A estrutura etária atual da população brasileira, que será a mesma durante os próximos 20 anos, chama-se “bônus demográfico” – quando há menos crianças, poucos idosos e proporcionalmente mais pessoas em idade produtiva. Aproveitar esse momento é o desafio do Brasil. Segundo o diretor da consultoria Vecchi Ancona, Paulo Ancona Lopez, a tendência é que se tenha um país economicamente mais acelerado e mais produtivo com os trin-

tões. “Mas não devemos esquecer que a economia não se faz somente com vontade. É preciso infraestrutura, leis, normas e condições políticas e financeiras para se aproveitar, de fato, esse potencial”, aponta. Essas condições ainda não existem e, na avaliação de Lopez, o Brasil já deixou passar uma série de oportunidades nos últimos anos, quando foi alvo preferido dos investidores internacionais. “Caso o País retome a trajetória de crescimento e volte a atrair capital nacional e estrangeiro, teremos condições para fazer bom uso dessa mão de obra. Do contrário, dependeremos do espírito empreendedor desta geração, o que é pouco para haver uma grande diferença na economia”, afirma Lopez.

O grande trunfo para aquecer a economia brasileira é o consumo doméstico. O perfil do consumidor trintão, porém, é diferente daquele que emergiu para a classe C, teve acesso ao crédito e passou a comprar bens duráveis, que têm sido o motor da economia nos últimos dez anos. Os brasileiros ativos estão mais interessados na experiência de compra (que conta com atendimento diferenciado e personalizado) e na relação custo/benefício dos produtos do que na aquisição de supérfluos.

Pesquisa realizada no ano passado com 1.245 brasileiros, pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pelo portal Meu Bolso Feliz, registrou que 31% da população economicamente ativa (44,8 milhões de consumidores) buscam custo/benefício, compram apenas o necessário, pesquisam preços, controlam os impulsos consumistas, pensam no futuro e poupam mais. Para Pina, com os trintões, o mercado terá uma mudança no perfil de consumo, já que esse público é mais maduro, toma mais decisões e consome produtos que lhe proporcionam bem-estar e que não tenham apenas um bom preço.



Foto: divulgação

“VAMOS VIVER UM PERÍODO CONHECIDO NO MEIO PUBLICITÁRIO COMO ‘VACA LEITEIRA’. AS EMPRESAS CONSEGUEM ATINGIR ESSE PÚBLICO POR MEIO DE TÉCNICAS COMO O *STORYTELLING*, QUE ‘VENDE’ UMA IDEIA A PARTIR DE UMA HISTÓRIA, QUE GERA IDENTIFICAÇÃO ENTRE MARCA/PRODUTO E CLIENTE”

DAVI BERTONCELLO, PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PESQUISA DE MERCADO HELLO RESEARCH

Para o presidente da agência de pesquisa de mercado e inteligência Hello Research, Davi Bertoncello, as empresas já estão preparadas para atender a esse público, que será maioria em 2018. “Vamos viver um período conhecido no meio publicitário como ‘vaca leiteira’, em que teremos muitos potenciais consumidores. Mas as empresas já conseguem atingir esse público por meio de técnicas conhecidas, como o *storytelling*, que ‘vende’ uma ideia a partir de uma história, que gera identificação entre marca/produto e cliente”, afirma. Segundo Bertoncello, a “corrida pelo consumidor” fará com que as companhias foquem suas ações em perfis específicos de público, como as de bebida energética já fazem, quando associam suas marcas aos esportes de alta performance.

Entretanto, pode faltar poder de compra a esses jovens. “Aos nossos trintões, falta enriquecer. Eles têm de trabalhar muito para consumir. Ainda estamos longe de ter uma renda per capita de US\$ 30 mil como a da Suíça [*a renda per capita do Brasil ficou em R\$ 1.052 em 2014*]”, afirma Pina. Segundo o coordenador do curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário Newton Paiva, de Belo Horizonte (MG), Leonardo Bastos, a diferença entre a carga tributária paga pelos contribuintes e a qualidade dos serviços públicos enfraquece o poder de consumo da população ativa. “Temos uma carga tributária superior a 40%, mas não recebemos serviços de qualidade do governo. Então, os trintões terão de gastar muito para ter o básico – saúde, educação, transporte, moradia, alimentação, entre outros – e, com isso, o crescimento do consumo será baixo”, afirma.

DISPONIBILIDADE x PRODUTIVIDADE

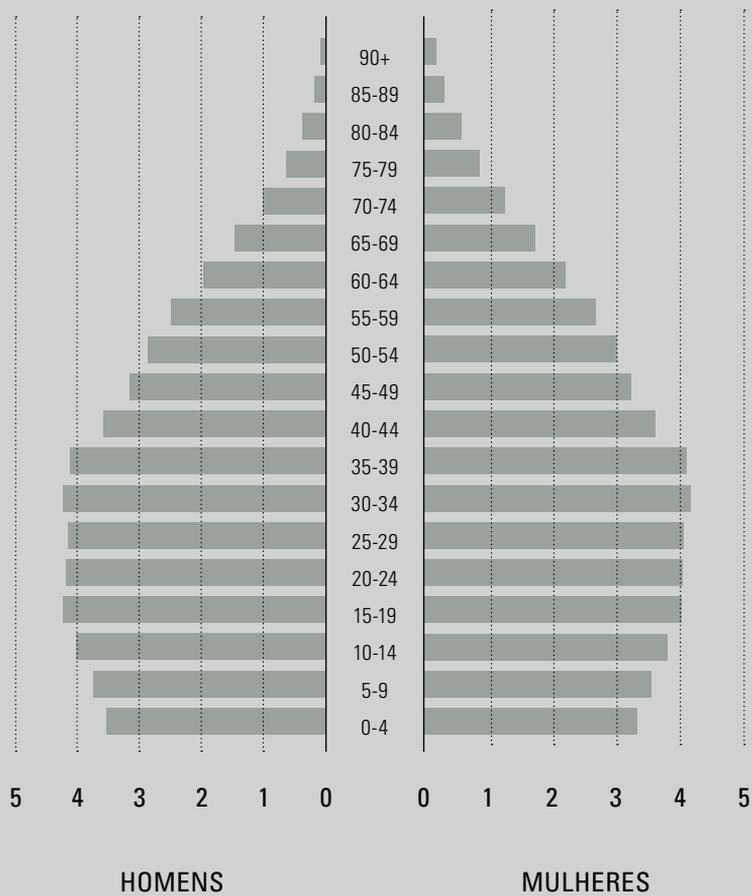
A faixa etária dos 30 aos 39 anos é a mais produtiva, conta com razoável experiência profissional de mercado, goza de boa saúde e está

O QUE PODE AJUDAR OS TRINTÕES A AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS É SUA VONTADE E CAPACIDADE DE ENTREGA, POIS É O MOMENTO EM QUE O INDIVÍDUO ESTÁ NO AUGUE DA INTELLECTUALIDADE E DA FORMA FÍSICA

à disposição para o trabalho. Garantir que essas pessoas tenham a qualificação exigida pelo mercado é o grande desafio que se coloca ao Brasil. “No cenário de recessão e aperto fiscal esperado para os próximos dois anos é provável que tenhamos mais trintões desempregados em razão da diminuição do mercado de trabalho e da baixa capacitação, do que contribuindo para o crescimento do PIB. A falta de acesso ao ensino de qualidade, do primário ao superior, passando pelo técnico, provoca fenômenos em cadeia. A dificuldade para o preenchimento de cargos de especialistas leva o mercado a investir em negócios que exijam baixa capacitação, gerando mais *commodities* e afetando a balança comercial e a economia do País”, afirma Lopez.

Segundo o gerente de transição de carreira da consultoria Thomas Case & Associados, Gabriel Toschi, o que pode ajudar os trintões a aumentar a produtividade das empresas brasileiras é sua vontade e capacidade de entrega, pois é o momento em que o indivíduo está no auge da intelectualidade e da forma física. “Ele pode contribuir tanto para desenvolver boas soluções estratégicas e criativas como para manter um estado de energia elevado em suas atribuições como executor”, aponta. Mas, para isso, **as empresas também devem ter sensibilidade na hora de lidar com esse novo perfil de funcionário.** “Uma das tendências do predomínio desta faixa etária no mercado será a chegada cada vez mais cedo dos profissionais à alta cúpula das companhias. Esse rejuvenescimento das lideranças tende a provocar uma aceleração nos planos de carreira dentro de todo o organograma e fará com que o grau de exigência para a contratação permaneça crescente dentro das empresas”, afirma Toschi.

Projeção da pirâmide etária brasileira para 2018



Ele acredita que a ascensão acelerada dessa geração será acompanhada pelo apoderamento econômico e por um olhar mais estratégico e de vanguarda sobre o período pós-carreira. Os trintões também têm como característica a busca por desafios profissionais e pessoais. Por isso, a retenção de talentos também é uma preocupação das empresas comprometidas com a alta produtividade.

SALVAÇÃO DA LAVOURA?

Outra questão que ganha destaque com a hegemonia dos trintões é a hipótese de diminuição do déficit previdenciário em razão do aumento da contribuição dessa população ativa. No entanto, isso será suficiente para abastecer os cofres da Previdência e atender à população idosa prevista para 2050? Segundo dados do Ministério da Fazenda, o déficit da Previdência em 2013 foi de R\$ 49,9 bilhões e a projeção para 2014 era de um rombo de R\$ 41,4 bilhões – 0,8% do PIB.

Para o diretor da empresa Direto Contabilidade, Gestão e Consultoria, Silvinei Toffanin, a inserção desse pessoal no regime aumentaria a arrecadação, mas não seria suficiente para suprir o déficit. “Como a maioria dessas pessoas tem grau de instrução mais elevado, provavelmente optará pela previdência privada em vez da Previdência Social, o que permite melhor planejamento e funciona como investimento, pois ela pode ser utilizada a qualquer momento”, aponta.

Um dos pontos mais desfavoráveis para a contribuição da Previdência Social é o fator previdenciário, cujo cálculo é baseado na expectativa de vida da população. Desde dezembro, o governo alterou a equação do fator, levando em conta a nova expectativa de vida dos brasileiros, divulgada pelo IBGE no ano passado, que elevou a projeção de vida ao nas-

“UMA DAS TENDÊNCIAS DO PREDOMÍNIO DESSA FAIXA ETÁRIA NO MERCADO SERÁ A CHEGADA CADA VEZ MAIS CEDO DOS PROFISSIONAIS À ALTA CÚPULA DAS COMPANHIAS. ESSE REJUVENESCIMENTO DAS LIDERANÇAS TENDE A PROVOCAR UMA ACELERAÇÃO NOS PLANOS DE CARREIRA DENTRO DE TODO O ORGANOGRAMA”

GABRIEL TOSCHI, GERENTE DE TRANSIÇÃO DE CARREIRA DA CONSULTORIA THOMAS CASE & ASSOCIADOS



Foto: Cláudio Silvério

cer de 74,6 para 74,9 anos. Essa nova configuração de longevidade alterou o cálculo do fator previdenciário. Um segurado com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição que requerer o benefício terá de contribuir por mais 79 dias corridos para manter o mesmo valor da aposentadoria anterior à medida.

Diante dessa nova realidade, que pune o brasileiro por viver mais, a Previdência Social não se mostra interessante para os trintões. “O fator desestimula os contribuintes mais

jovens, que optam pela previdência privada para planejar o seu futuro e invertem os papéis das previdências. O benefício do INSS, que seria o oficial, torna-se complementar e a privada torna-se a oficial”, afirma Toffanin. Segundo ele, o fim do fator poderia ser um atrativo a esses contribuintes.

O cenário indica que o impacto da predominância da população na faixa dos 30 anos pode ser bastante positivo. Resta saber se o Brasil criará condições para que isso aconteça. [8]

PAULISTANO (IN)SATISFEITO

Pesquisa que mede o nível de satisfação da população com a cidade de São Paulo aponta ligeira melhora em 2014, mas a nota ainda é baixa. De maneira geral, existe a percepção de mudanças positivas nos aspectos relacionados à vida privada. Questões relacionados ao convívio público pioram, reflexo do individualismo que predomina na metrópole.

TEXTO **RACHEL CARDOSO**
FOTOS **CIETE SILVÉRIO**



No conto “A Autoestrada do Sul”, o escritor argentino Julio Cortázar descreve um gigantesco engarrafamento por uma rota que leva a Paris. Sua duração submete os personagens a diversas situações até abalar os pilares da conduta humana. Embora publicado em 1966, o texto bem poderia ilustrar o cotidiano de uma metrópole como São Paulo, onde o caos provocado não só pelo trânsito excessivo, mas também pelo transporte público lotado, pelas incontáveis filas e pela sensação de insegurança tem consequências econômicas e sociais.

O saldo para a sociedade é a degradação da qualidade de vida. Na tentativa de quantificar esse quadro, a Rede Nossa São Paulo e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) apresentam anualmente, desde 2008, os Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município, o IRBEM.

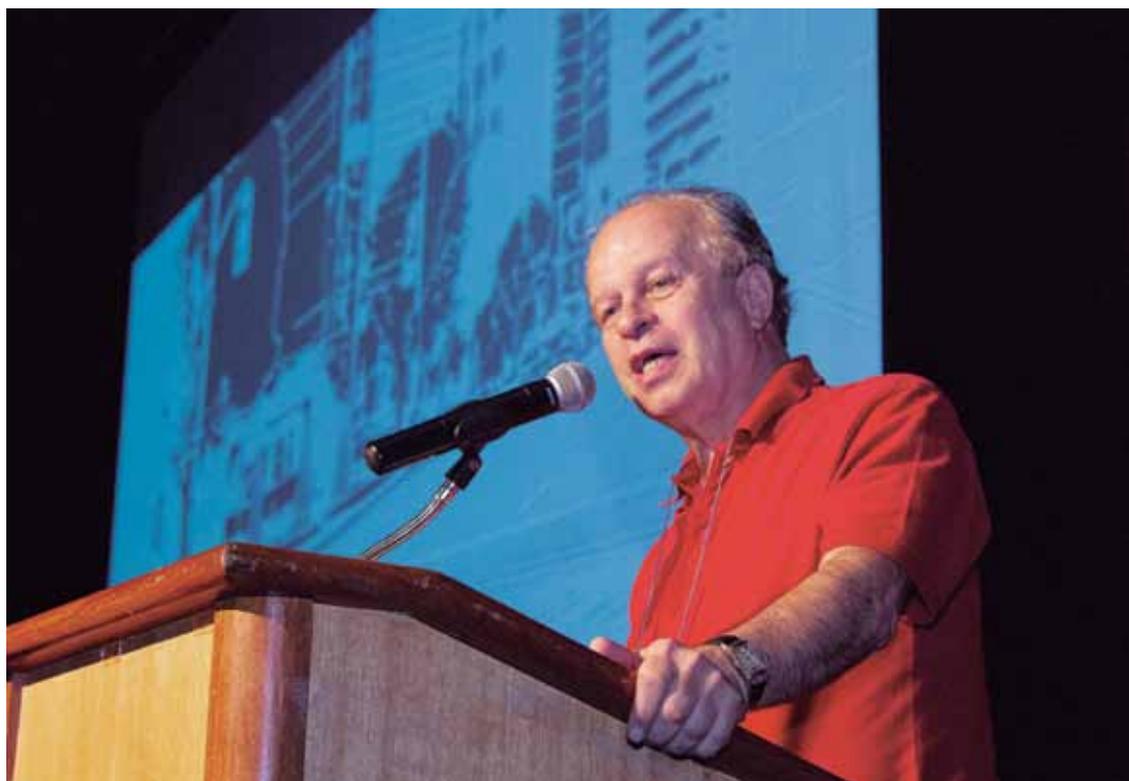
O IRBEM mede o nível de satisfação dos paulistanos por meio de um conjunto de indicadores colocados à disposição da sociedade civil e do Poder Público, com o objetivo de promover ações que tenham como foco o bem-estar das pessoas. Realizada pelo Ibope, a pesquisa aborda 25 temas, tanto os relacionados às condições objetivas de vida na cidade – nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, habitação e trabalho – quanto os ligados a questões subjetivas, como sexualidade, espiritualidade, consumo e lazer. [Veja mais no quadro da pág. 22]

Na edição de 2015, o paulistano deu nota 5,1 para o nível de satisfação com a cidade. O mapeamento mostrou uma pequena melhora em relação ao ano anterior, quando a nota foi 4,8, mas ainda fica abaixo do valor médio, que é de 5,5 na escala de 1 a 10.

Ao comentar os resultados, o professor de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo (USP), Renato Janine Ribeiro, destaca que a maior insatisfação demonstrada pelos paulista-

“TUDO AQUILO QUE DIZ
RESPEITO À VIDA PRIVADA
RECEBE MELHORES NOTAS.
A SATISFAÇÃO É MAIS
BAIXA NOS ASPECTOS
RELACIONADOS AO
CONVÍVIO PÚBLICO”

RENATO JANINE RIBEIRO,
PROFESSOR DE ÉTICA E FILOSOFIA
POLÍTICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO (USP)



nos é em relação à política. “Notas tão ruins nessa área influenciam o restante”, avalia. “Tudo aquilo que diz respeito à vida privada recebe melhores notas. A satisfação é mais baixa nos aspectos relacionados ao convívio público”, explica.

Para Ribeiro, é a percepção acerca de problemas que, muitas vezes, permanecem invisíveis ou sem significado na esfera política que podem contribuir para, ao menos, amenizar boa parte dos males causados à saúde pública. “A privação do movimento é um problema socioeconômico e não tem sido enfrentado com a devida importância”, afirma.

A mobilidade urbana se reflete diretamente na desigualdade social. A equação é simples. Com o ônus das horas perdidas para se mover de um local a outro, as chances de abandono de emprego e, principalmente, dos estudos, são altas – um fator que cria uma barreira ao desenvolvimento econômico.

Outro levantamento da agência de recolocação profissional Emprego Ligado, precificou em um salário mínimo por ano o tempo que os trabalhadores perdem no trânsito da Grande São Paulo. E não só por causa dos acidentes, mas pelas horas paradas. O estudo, realizado entre

Os desafios da metrópole

Em São Paulo, a qualidade de vida na cidade é estável para metade da população, e melhorou um pouco ou muito para 37%, em relação ao último ano. É o que mostra a edição de 2015 da pesquisa Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município (IRBEM), que avalia

o nível de satisfação dos paulistanos em relação à qualidade de vida e ao bem-estar. O levantamento ouviu 1.512 pessoas sobre 25 temas relativos às condições de vida na cidade, tais como saúde, educação, meio ambiente, habitação, trabalho e transporte.



A MOBILIDADE URBANA SE REFLETE DIRETAMENTE NA DESIGUALDADE SOCIAL. A EQUAÇÃO É SIMPLES. COM O ÔNUS DAS HORAS PERDIDAS PARA SE MOVER DE UM LOCAL A OUTRO, AS CHANCES DE ABANDONO DE EMPREGO E, PRINCIPALMENTE, DOS ESTUDOS, SÃO ALTAS – UM FATOR QUE CRIA UMA BARREIRA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

as pessoas que ganham até R\$ 2,5 mil, indicou ainda que, na Grande São Paulo, a longa distância entre casa e trabalho foi o motivo para 37% dos entrevistados trocarem de emprego.

Trata-se de uma questão cada vez mais presente na área de recursos humanos das empresas, pois a mobilidade está intrinsicamente ligada à qualidade de vida e à produtividade. Além de mais disposição, morar perto do trabalho também se relaciona com o tempo de permanência no emprego. A efemeridade do profissional gera custos para o RH, com encargos de saída, abertura de vaga, seleção, contratação, capacitação e integração de um novo colaborador.

“É prejuízo para todos” conclui a CEO do Ibope, Márcia Cavallari. De Metrô, carro, ônibus, bicicleta ou a pé, o paulistano gasta, diariamente, uma média de 2h46 para se deslocar pela cidade, segundo o instituto.

CICLOVIA E FAIXAS EXCLUSIVAS

Os danos vão além do material. “O que mais me assusta na cidade é esse individualismo que está cada vez mais insustentável”, destaca a coordenadora de projetos da Outward Bound, instituição sem fins lucrativos focada em educação experiencial ao ar livre, Mariana Moura. Usuária de transporte público e acostumada a rodar pela cidade de bicicleta em razão do trabalho que exerce com os jovens na ONG – eles são levados em expedições urbanas pelo Velame, iniciativa cujo objetivo é a transformação social com intervenções urbanas –, experimentou várias situações que a levaram ter uma visão diferente de São Paulo, após a opção pelo *home office*, um privilégio ainda ao alcance de poucos. “Trabalhei por vários anos em uma empresa instalada em Cajamar e enfrentei muito congestionamento”, conta. “É um tipo de situação que te transforma negativamente e você só percebe isso quando está de fora.”

Não é preciso ir longe para encontrar situações de extrema violência em virtude da privação de movimento. Basta uma chuva para a mídia noticiar a depredação pelos próprios usuários, como a que aconteceu a um trem e à estação Palmeiras-Barra Funda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), após um temporal paralisar a Linha 7-Rubi (Jundiaí-Luz), no fim de fevereiro. “A falta de respeito ao outro é, hoje, uma grande causa das explosões provocadas pelo estresse moral”, ressalta o professor da USP, para quem os trilhos são o grande aliado na luta contra o trânsito.

Com as ruas cada vez mais disputadas e o transporte público à beira do colapso em horários de pico, fica inviável deixar o carro em casa para quem tem uma agenda multitarefas. É o caso do publicitário Denis Garcia, de 38 anos, que gasta, em média, 3 horas por dia para deixar o filho na escola e chegar ao trabalho no Jaguaré e vice-versa. Como contato comercial, ele passa mais da metade do expediente no vaivém das ruas. “Procuro marcar uma visita de manhã e outra à tarde para ter certeza que conseguirei cumprir os compromissos”, diz o executivo. Ele calcula que levaria o dobro do tempo, ou seja, ao menos 6 horas no trajeto, se dependesse de ônibus e Metrô.

A ciclovia é vista por ele como uma ótima opção para amenizar o caos, mas destaca que falta apoio do setor privado. “As empresas precisam fazer a sua parte, como colocar chuveiros nos ambientes de trabalho”, conta. Garcia também está entre aqueles paulistanos favoráveis aos corredores de ônibus, que já reduziram um pouco o sufoco de quem depende unicamente desse tipo de condução.

Desde 2013, a cidade tem cerca de 320 quilômetros de faixas exclusivas e, segundo levantamento da Companhia de Engenharia

“É PREJUÍZO PARA TODOS”

MÁRCIA CAVALLARI,
CEO DO IBOPE



de Tráfego (CET), os ônibus na cidade de São Paulo estão 68% mais rápidos nessas pistas. O aumento na velocidade dos ônibus talvez seja um dos maiores responsáveis pelo convencimento do paulistano sobre a necessidade das faixas exclusivas: segundo o Ibope, nove em cada dez paulistanos são favoráveis à ampliação das faixas exclusivas de ônibus na cidade.

Isso não significa, porém, que as pessoas deixarão de usar o carro. Na maior cidade da América do Sul, a briga é por espaço. De 2013 para 2014, subiu de 27% para 38% o número de paulistanos que usam o veículo todos os dias (ou quase todos os dias), e de 52% para 62% a quantidade dos que têm carro em casa, um acréscimo que foi registrado em todas as faixas de renda, escolaridade e regiões da cidade. No ano passado, São Paulo registrou uma frota de 5,4 milhões de carros circulando pelos 1,5 mil quilômetros quadrados da cidade – quase o equivalente a um carro para cada dois paulistanos.

LONGO PRAZO

Por que o paulistano apoia medidas que incentivam o transporte público se, ao mesmo tempo, não deixa o carro na garagem? “Essas coisas não são automáticas e demandam tempo e cultura”, disse o prefeito Fernando Haddad, presente no evento de apresentação da sexta edição da IRBEM. Para ele, os avanços são graduais. Também explicou que as três prioridades da primeira metade de sua gestão foram a renegociação da dívida do município com a União; a ampliação dos recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) destinados à capital paulista, por meio de convênios com o governo federal; e a aprovação do Plano Diretor Estratégico da cidade. De acordo com Haddad, esse tripé de iniciativas é a base para que a cidade seja planejada. “Em São Paulo, se

**NA MAIOR CIDADE
DA AMÉRICA DO SUL,
A BRIGA É POR ESPAÇO.
DE 2013 PARA 2014,
SUBIU DE 27%
PARA 38% O NÚMERO
DE PAULISTANOS
QUE USAM O VEÍCULO
TODOS OS DIAS (OU
QUASE TODOS OS DIAS),
E DE 52% PARA 62% A
QUANTIDADE DOS QUE
TÊM CARRO EM CASA**



“EM SÃO PAULO,
SE NÃO PLANEJAR
NO LONGO PRAZO,
VOCÊ RIFARÁ
O FUTURO DAS
NOVAS GERAÇÕES”

FERNANDO HADDAD,
PREFEITO DE SÃO PAULO

não planejar no longo prazo, você rifará o futuro das novas gerações.”

Com as três prioridades cumpridas, ele prevê que a partir de junho a cidade deva passar por grandes mudanças. “Hoje, temos R\$ 9 bilhões em convênios do PAC para obras, parte já contratada e parte em licitação e licenciamento.” Para Haddad, um dos desafios revelados pela pesquisa é a participação da sociedade. “Essa participação tem de encontrar canais para acontecer”, diz. Ainda durante a apresentação, ele relembrou algumas ações de sua gestão nessa área, como a criação do Conselho Participativo e de outros conselhos, além das inúmeras audiências públicas realizadas.

Para o coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo, Oded Grajew, o resultado do IRBEM é um dos canais de diálogo eficiente entre a sociedade e a prefeitura. “Todas essas estatísticas podem se transformar em um instrumento poderoso de planejamento e ação”, afirma. Ele destaca que o atual modelo de desenvolvimento, se não mudado, irá provocar um grande desastre.

Entretanto, trata-se de uma mudança que vai demandar quanto tempo o Poder Público quiser, já que depende dos governos – municipal, no caso de ônibus, e estadual, para Metrô e trens – investir no transporte público para que as pessoas passem, de fato, a preferir o transporte público ao carro.

O transporte público, de forma geral, é desconfortável. Viajar, mesmo que seja por meia hora, em condições subumanas todos os dias, cansa. Os movimentos sociais pela mobilidade na cidade convocam o paulistano a deixar o carro na garagem. Agora, se grande parte da população aderir ao movimento, a cidade daria conta de atender a tanta gente? [s]



UMA FEDERAÇÃO MAIOR DO QUE O PIB

IVES GANDRA MARTINS
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR
DE DIREITO DA Fecomercio-SP

A Federação brasileira não cabe no PIB. Hoje, o Brasil tem, como entidades federativas, a União, 26 Estados, o Distrito Federal e 5.568 municípios. Por outro lado, a estrutura burocrática da União é imensa, com 113.869 servidores não concursados, mais 757.158 concursados. Os aposentados do setor público, em torno de 1 milhão, recebem a remuneração que recebiam na ativa, gerando um déficit previdenciário, no regime especial, superior a R\$ 60 bilhões anuais, ou seja, aproximadamente três vezes o custo do Bolsa Família. Nos Estados Unidos, os não concursados são apenas 4 mil, e na Alemanha, 600!

Essa adiposidade estatal fez com que a carga tributária crescesse ao longo dos anos, tendo de 2012 para 2013 passado de 35,71% para 35,95% do PIB. Países cujos serviços públicos são muito melhores do que os do Brasil ostentam carga inferior, como os Estados Unidos (24,38%), Japão (29,52%), Suíça (28,2%), México (19,59%), Coreia do Sul (24,76%), Chile (21,39%) etc. – os dados são da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com a equivocada política econômica que levou à crise que vivemos hoje, com inflação alta; recessão; baixa competitividade empresarial; atraso tecnológico na indústria; corrupção escancarada; alta carga tributária; elevados encargos trabalhistas; falências energética, hídrica e cambial; e falta de credibilidade no mercado, o Brasil deve passar um turbulento 2015.

O Projeto Levy é a única tentativa inteligente de tirar o País da crise. Nesse contexto, a reforma tributária é urgente e é preciso simplificar o sistema. Em 1990, propus o seguinte sistema: os impostos ficariam sob a competência da Federação – que partilharia entre União, Estados, Distrito Federal e municípios

a receita dos impostos sobre renda, patrimônio imobiliário, circulação de bens e serviços e sobre o comércio exterior. Haveria, por outro lado, uma única contribuição social.

A União Europeia conta com um único imposto sobre circulação de bens e serviços (o imposto sobre o valor agregado – IVA). Sobre essa circulação, nós temos o IPI (União), o ICMS (Estados), o ISS (municípios), o PIS/Cofins (União) e o Cides (União).

Não sem razão, em levantamento de alguns anos atrás, o Banco Mundial e a PricewaterhouseCoopers, analisando o número de horas que, em média, o empresariado de cada um dos 175 países pesquisados dedicava ao cumprimento de suas obrigações tributárias por ano, verificaram que o Brasil, de longe, era aquele que mais impunha exigências burocráticas, com uma média de 2,6 mil horas anuais contra, aproximadamente, cem na Alemanha, pouco mais de 300 nos Estados Unidos, e uma média pouco superior a 500 na América Latina. Uma simplificação de legislação ordinária para tais tributos se impõe.

Há necessidade, por outro lado, de balizar definitivamente a legislação do ICMS e do ISS, geradora de guerra fiscal entre Estados e municípios.

O ICMS é imposto de vocação nacional entregue à competência impositiva dos Estados. Quando um Estado dá um incentivo fiscal de ICMS, seu produto, enviado para um outro Estado que não possui incentivo fiscal, fica mais competitivo. Daí a necessidade de os Estados, por unanimidade, aprovarem tais estímulos, como determina a Lei Complementar nº 24/75.

A esmagadora maioria dos Estados tem, todavia, violentado a Constituição, instituindo ilegalmente incentivos fiscais. O Supremo Tribunal Federal atalhou tal macula-

dor procedimento sem êxito, pois os Estados continuam a maculá-la.

Quando participei da “Comissão dos Notáveis” do Senado Federal – a denominação sempre nos causou desconforto –, composta de 13 especialistas para repensar o pacto federativo, apresentamos solução para que os incentivos pudessem ser autorizados, a saber:

1. Não serem dados por mais de oito anos;
2. Somente Estados que tivessem renda per capita média inferior à média da renda per capita nacional poderiam outorgá-los;
3. Haveria sempre uma alíquota mínima de 4% na sua concessão;
4. Somente poderiam ser dados às indústrias desse Estado.

Infelizmente, o nosso projeto dorme, serenamente, em uma das gavetas de algum gabinete no Senado Federal.

Outro problema a ser enfrentado é o da guerra fiscal entre os municípios. Quase todos eles cobram duas vezes o tributo das empresas, ou seja, cobram das que estão sediadas em seu território e daquelas que prestam serviços em seus burgos.

As contribuições sociais também precisam ser simplificadas, tanto aquelas de interesse das categorias como as de intervenção no domínio econômico.

O imposto sobre a renda poderia se tornar menos complexo com a incorporação de contribuição social sobre o lucro. Por fim, a aprovação de um Código de Defesa do Contribuinte, como existe em diversos países, facilitaria a vida de quem paga imposto.

O certo é que a carga burocrática no Brasil condiciona a carga tributária, e esta é necessariamente injusta, pois sustenta uma Federação maior do que o PIB. [8]



CANAL FECOMERCIO.SP. ASSISTA, ASSINE, OPINE.
DISCUTIR O BRASIL É FUNDAMENTAL.

WWW.YOUTUBE.COM/FECOMERCIO.SP

“O brasileiro é resistente à mudança e muita gente ganha dinheiro do jeito que a coisa é. Por isso, o País paga um preço alto para manter o privilégio de alguns grupos”

OTAVIANO CANUTO, CONSELHEIRO
SÊNIOR DO BANCO MUNDIAL

Você quer saber o que os especialistas dizem sobre o nosso país?

Então, assista ao documentário “Pensando o Brasil – Gastos Públicos” no canal da FecomercioSP no YouTube.



Senac Sesc FecomercioSP

Aqui tem a força do comércio

FECOMERCIOSP

Representa muito para você.

“Há uma crise de representatividade no País”

A corrupção não pode ser eliminada, mas pode ser controlada. Para isso, a Justiça precisa dar respostas mais rápidas à sociedade. A opinião é do promotor de Justiça Roberto Livianu, autor do livro *Corrupção e Direito Penal*, que ganhou uma versão ampliada neste ano. Ele pondera que o brasileiro é tolerante à corrupção e aponta a necessidade de uma reforma política para combater o “toma lá, dá cá” em que se transformou o financiamento das campanhas.

Não faltam leis para que o combate à corrupção seja mais eficaz, mas o sistema precisa ser mais ágil para reduzir a impunidade. Ainda que o arcabouço legal seja suficiente, o promotor Roberto Livianu aponta algumas mudanças que poderiam contribuir para o combate à corrupção, como o confisco integral do patrimônio dos envolvidos. Organizador de campanhas nacionais pela ética, Livianu acredita que o Brasil atravessa uma crise de representatividade e atribui ao sistema político o afastamento entre os cidadãos e os donos de cargos eletivos. Outro agravante é o individualismo da sociedade moderna, que resulta no distanciamento do coletivo e no pouco interesse pelo patrimônio público. “Isso cria um ambiente propício à prática da corrupção”, diz ele. Em entrevista à **Conselhos**, o promotor discorre sobre a importância da Lei Anticorrupção e aponta a necessidade de as empresas assumirem suas responsabilidades no processo. Ele classifica a delação premiada como um “mal necessário” e lamenta que o sistema dependa da “caguetagem” para avançar nas investigações.

TEXTO **MARINEIDE MARQUES**

FOTOS **RUBENS CHIRI**

O Brasil tem uma série de instrumentos legais para combater a corrupção. O que falta para eliminar a prática?

A corrupção nunca será eliminada, mas ela pode ser controlada por meio de uma política pública permanente que minimize as oportunidades para a sua prática e modifique a cultura de corrupção que existe no Brasil. A Justiça precisa dar uma resposta melhor à sociedade para reduzir a impunidade. As instituições – como o Ministério Público, a Polícia Federal, entre outras – fazem um bom trabalho. No entanto, elas apenas tocam a ponta do iceberg, pois não conseguem detectar toda a magnitude da corrupção. O escândalo da Petrobras mostra claramente isso. Acredito na importância do Conselho Nacional de Justiça como motor de uma resposta mais impactante em relação ao tema corrupção, impulsionando todo o sistema para que haja mais especialização da Justiça, mais capacitação, parcerias e definição de metas mais rigorosas. Nosso problema não é a falta de leis, mas é bem verdade que alguns ajustes poderiam trazer benefícios. Eu defendo, por exemplo, o confisco integral de patrimônio em casos de corrupção, não apenas do valor desviado. Não se pode abrir mão da pena privativa de liberdade, mas o confisco de patrimônio é um elemento eficaz para o combate à corrupção.

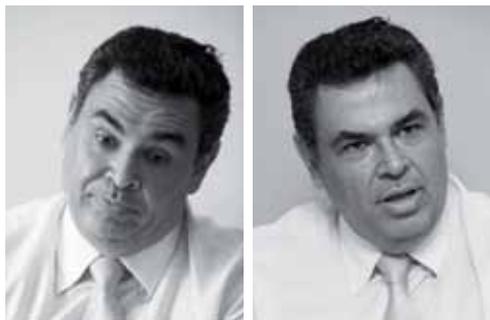


Isso valeria, inclusive, para pessoas jurídicas?

A nova Lei Anticorrupção prevê punições de caráter civil e administrativo, não penal. Com base na lei, o Ministério Público pode pedir a interdição de uma empresa pela prática da corrupção. É importante que o juiz tenha em mãos um leque de opções, seja a pena privativa de liberdade, sejam outras penas restritivas de direito. Há aspectos positivos e negativos na nova Lei Anticorrupção. Vejo a criação de *compliance* como algo positivo, com potencial para mudar culturalmente as empresas. A lei ainda carece de regulamentação federal, mas já é possível perceber efeitos concretos, porque muitas companhias já tomaram a iniciativa de organizar os departamentos de *compliance* para prevenir fraudes e fazer jus aos benefícios punitivos na hipótese de investigações envolvendo atos cometidos pela empresa. Também há aspectos controversos, como a possibilidade de as companhias negociarem acordos de leniência com a Controladoria-Geral da União, o que pode resultar em conflito de interesse.

5 PERGUNTAS

para Roberto Livianu, promotor de Justiça

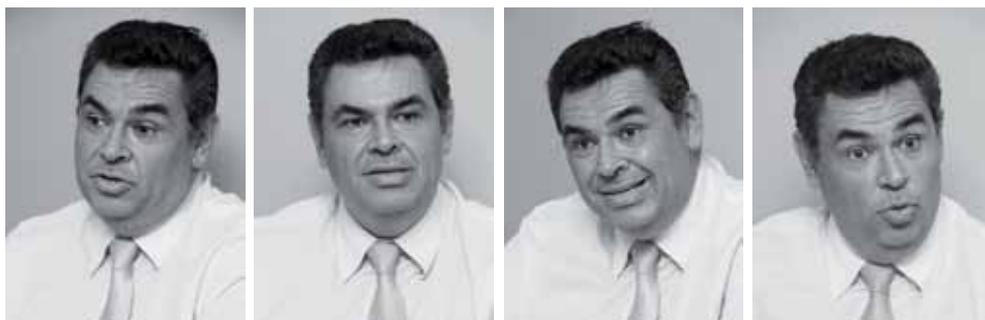


O senhor é contrário aos acordos de leniência?

Eles são positivos à medida que contribuem para desvendar práticas ilegais, mas evidenciam o lado ruim do ser humano e dos interesses inerentes ao mundo capitalista ao expor a lógica da relação custo/benefício. Qual é o custo/benefício da ética, da promoção das responsabilidades e da punição de corruptos? Entendo o argumento de que os acordos de delação contribuem para as investigações, mas é lamentável que o Sistema de Justiça dependa de “caguetagem”. Em pleno século 21, com toda a evolução da ciência e da tecnologia, é lamentável que ainda dependamos disso para desvendar o crime organizado. Eu classifico a delação como um “mal necessário”, mas devemos procurar, dentro do possível, afastar-nos da dependência extrema da delação premiada como prova. Não podemos depender daqueles que não receberam a sua parte no bolo ou se arrependeram.

O brasileiro é permissivo com a corrupção?

Essa é uma questão histórica e tem a ver com as origens do Brasil e com a forma como fomos colonizados. A colonização do País visou única e exclusivamente extrair riqueza. As pessoas de pior qualidade moral de Portugal foram trazidas para cá para cumprir penas. O sistema de capitânias hereditárias fatiou o Brasil e instituiu a figura do chefe regional, dono de determinado naco. Se avançarmos no tempo, notamos que essas figuras ainda existem em alguns Estados como o Maranhão, o Pará e a Bahia. Temos uma história política assentada em bases coronelistas, patrimonialistas e clientelistas. Essas bases são históricas no Brasil e, infelizmente, ainda mantidas. O problema é cultural, assim como a ideia de obter vantagem. As pessoas ingressam no serviço público e muitas delas querem se dar bem e enxergam a prática do nepotismo como normal. A isso, soma-se outro aspecto, que não é exclusividade do Brasil, mas aqui é mais acentuado, que é a questão da exacerbação do individualismo. O outro não existe. Se o outro é invisível, tem-se pouca preocupação com o coletivo e o patrimônio público não é de ninguém. Há uma crise de representatividade no País porque não existe vínculo sólido entre o representante e o representado. Isso cria um ambiente propício para a prática da corrupção.



O sistema político brasileiro contribui para a corrupção?

Contribui bastante. O sistema é ruim, as regras do jogo são arcaicas e precisam de urgente rediscussão. Sou um defensor ardoroso da reforma política. É um tema essencial, que precisa ser enfrentado com maturidade. Há uma série de problemas e, talvez, o mais grave deles seja a questão do financiamento das campanhas, que se transformou em um “toma lá, dá cá”. Sou favorável às limitações para o financiamento privado. Defendo que apenas as pessoas físicas façam doações, pois o financiamento por empresas é nocivo ao sistema político. Eu acredito no financiamento público como instrumento garantidor do equilíbrio das forças políticas e para conter o abuso de poder econômico. Você não pode premiar aquele que tem melhores condições de captação de dinheiro. Também é necessário rediscutir a questão da

representatividade para inibir que pessoas sem nenhuma expressão política tragam consigo outros candidatos do partido, graças às regras do quociente eleitoral. Por fim, é preciso pensar na questão do voto distrital, em que o vínculo entre representante e representado é mais estreito. [6]

LUZ AMARELA

Indicadores de desemprego começam a dar sinais preocupantes e perspectivas não são otimistas. Governo tem o desafio de promover o tão esperado ajuste fiscal com impacto mínimo sobre a atividade econômica. Somam-se ao quadro complicadores como a paralisação de obras, o baixo crescimento do PIB, o aumento da inflação e as crises hídrica e energética.

TEXTO **FABÍOLA PEREZ**

FOTOS **CIETE SILVÉRIO**



Um dos últimos indicadores de que a economia brasileira caminhava bem – o pleno emprego – começa a dar sinais de esgotamento. Paralisação de obras, baixo crescimento do produto interno bruto (PIB), aumento da inflação e crises hídrica e energética ameaçam a geração de vagas em todos os setores. Os dados não são otimistas, a começar pelos números divulgados em fevereiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério do Trabalho, que apontam aumento da população desocupada, queda no contingente de pessoas com carteira assinada e desaceleração no ritmo de criação de vagas.

“Todas as atividades econômicas estão fechando mais vagas do que abrindo”, constata o economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fábio Bentes. Não há sinais de recuperação no curto prazo, pelo contrário. As medidas de ajuste fiscal já anunciadas pelo governo, que resultaram em aumento da carga tributária sobre o setor produtivo, tendem a agravar a situação. A alta do desemprego vem na esteira de outros indicadores, como a alta da inflação, a disparada do dólar e, sobretudo, a estimativa de retração de 0,5% do PIB neste ano.

“Há uma dificuldade estrutural da economia – de sustentar o crescimento e, consequentemente, de manter o mesmo número de vagas no mercado”, afirma o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio. Segundo ele, a política de desenvolvimento focada no mercado interno precisa ser acompanhada do investimento produtivo e do desenvolvimento industrial.

Outra previsão nada otimista vem da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Relatório divulgado em janeiro prevê que a taxa de desemprego no Brasil deverá atingir 7,1% neste ano e 7,3% em 2016. A entidade explicou

**OUTRA PREVISÃO
NADA OTIMISTA VEM
DA ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DO
TRABALHO (OIT).
RELATÓRIO DIVULGADO
EM JANEIRO PREVÊ
QUE A TAXA DE
DESEMPREGO NO
BRASIL DEVERÁ
ATINGIR 7,1% NESTE
ANO E 7,3% EM 2016**

que o baixo ritmo de expansão afetou os mercados de trabalho. “Pela primeira vez desde 2002, o crescimento do PIB na América Latina deverá ser inferior ao das economias avançadas”, anuncia o documento, que detecta um aumento do desemprego em toda a região, em particular nos países mais dependentes das exportações de matérias-primas.

Para tentar afastar o pessimismo, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, anunciou um conjunto de medidas que inclui o aumento de impostos sobre combustíveis, produtos importados e operações de crédito. O objetivo, segundo a equipe econômica, é ajustar as contas públicas, aumentar a confiança dos empresários e investidores e arrecadar R\$ 20,6 bilhões com as alterações. Além do pacote, o governo lançou ainda as medidas provisórias 664 e 665, que alteram as regras do seguro-desemprego. Criadas, em tese, para combater fraudes e cortar R\$ 18 bilhões nas despesas da União – parte do previsto para todo o ajuste fiscal, que pretende economizar R\$ 60 bilhões –, as propostas causaram polêmica em diversos setores. O anúncio do pacote ocorreu em meio à demissão de 800 trabalhadores na Volkswagen e 244 na Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo. Especialistas defendem que o pacote dificulta o acesso aos benefícios por parte dos mais jovens e menos especializados. “O combate às fraudes deveria se dar por meio da fiscalização, não com um corte geral que contraria as ações do governo para melhorar a distribuição de renda e reduzir a desigualdade”, afirma o coordenador de relações sindicais do Dieese, José Prado de Oliveira Silvestre.

PERDAS POR SETOR

É quase unânime a impressão de que 2015 será um ano em que os carros-chefe da economia

perderão forças. A indústria registrou no ano passado o seu pior desempenho desde 2002. De acordo com um estudo divulgado em janeiro pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a indústria de transformação brasileira perdeu 164 mil empregos em 2014 e registrou mais demissões do que contratações. A redução do estoque do emprego formal no setor foi de 2%, segundo o documento. O setor industrial foi o que mais perdeu participação no emprego entre 2002 e 2013. “Em todas as faixas salariais acima de cinco salários mínimos, a indústria continua sendo a maior empregadora”, disse Paulo Skaf, presidente da Fiesp, por ocasião da divulgação do estudo. “Portanto, é o setor-chave para o País atingir o nível de renda per capita de uma nação desenvolvida.” Dados do setor apontam que para cada R\$ 1 produzido pela indústria são gerados mais R\$ 1,13 de produção pelos demais setores.

Quando o setor que paga os melhores salários e eleva a produtividade da economia começa a dar sinais de estagnação, todos os demais são afetados. “É preciso fortalecer a produção. Não há possibilidade de sermos desenvolvidos sem uma forte base industrial”, afirma Lúcio. “Se a atividade industrial cai, a renda do comércio também diminui e, consequentemente, há uma queda no setor de serviços”, explica.

O documento da Fiesp revela também que para cada emprego direto criado pela indústria de transformação são gerados três indiretos na economia. No caso dos outros grandes setores, essa relação é de um para um. Outro importante indicador, o Índice de Confiança da Indústria (ICI), da Fundação Getulio Vargas (FGV), que mede a satisfação com o ambiente de negócios, recuou 3,4% de fevereiro para janeiro. A queda foi impulsionada pela piora da



“HÁ UMA DIFICULDADE
ESTRUTURAL DA ECONOMIA
– DE SUSTENTAR
O CRESCIMENTO E,
CONSEQUENTEMENTE,
DE MANTER O MESMO
NÚMERO DE VAGAS
NO MERCADO”

**CLEMENTE GANZ LÚCIO, DIRETOR
TÉCNICO DO DIEESE**

expectativa em relação ao futuro: a proporção de empresas que preveem o aumento da produção nos próximos três meses diminuiu de 32,4% para 30,5%; já a parcela que espera a redução da produção aumentou de 13,3% para 21,4%. “A piora da expectativa em relação aos próximos meses reflete o desânimo de um setor que está há seis trimestres sem crescer, com perspectivas negativas no curto prazo em relação à evolução das taxas de câmbio”, explica o economista e superintendente-adjunto para Ciclos Econômicos da FGV/Ibre, Aloisio Campelo Júnior.

Ares pouco favoráveis também atingem o emprego no setor do comércio. A percepção de que a demanda está fraca e de que as vendas não devem se recuperar nos próximos meses elevou as chances de cortes em uma das atividades que mais gera empregos no País. Em 2014, o saldo de empregos no comércio paulistano foi o menor dos últimos seis anos, segundo pesquisa da FecomercioSP. A Sondagem do Comércio, feita pela FGV, corrobora o resultado da região metropolitana de São Paulo, com recuo de 8,8% em fevereiro, na comparação com janeiro. Os números mostraram um resultado ruim e um aumento do pessimismo para os meses que virão. “O setor percebe que o consumidor está com um nível de confiança muito baixo, as famílias estão com uma parcela maior de renda comprometida e isso afeta a venda de bens duráveis e não duráveis”, diz Campelo Júnior. Outra informação negativa que a pesquisa revela é que pela primeira vez há mais empresas prevendo a diminuição no quadro de pessoal do que o aumento da equipe. “É um setor que estava crescendo em torno de 6% ao ano e foi desacelerando até chegar em um ponto em que o nível de confiança parece afetar a decisão de contratação para o setor.”

EMPREGOS FORMAIS POR SETOR*

- ▶ **Comércio varejista**
fechamento de 97.887 postos
- ▶ **Comércio atacadista**
criação de 87 postos
- ▶ **Serviços**
fechamento de 7.141 postos
- ▶ **Indústria de transformação**
criação de 27.417 postos
- ▶ **Agricultura**
criação de 9.428 postos

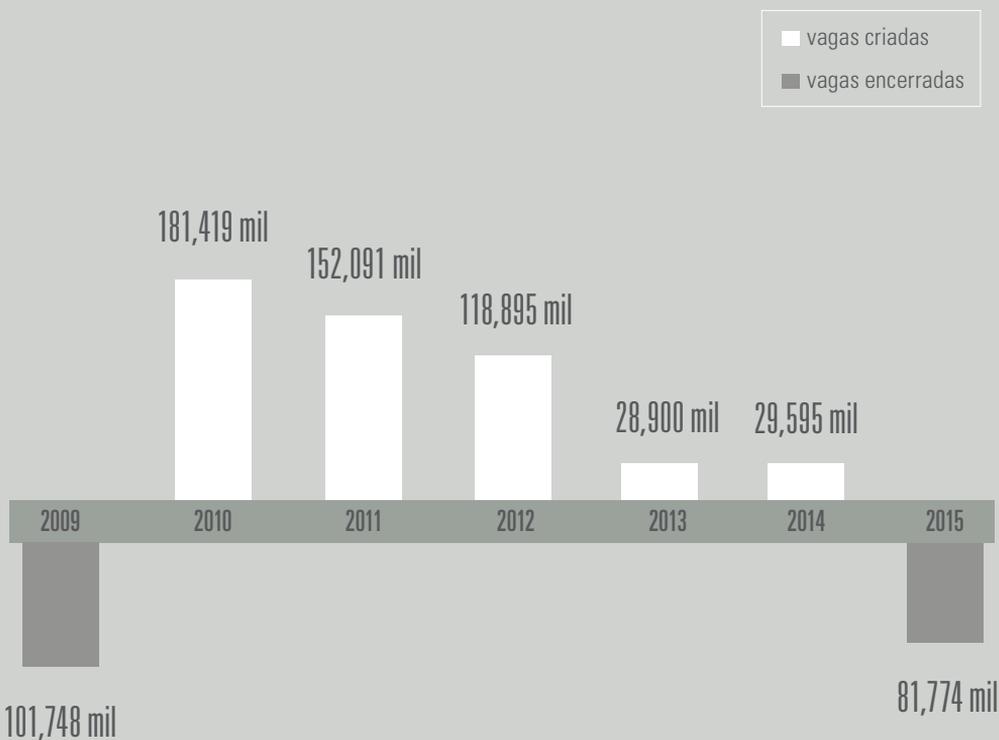
* em janeiro

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados / Ministério do Trabalho e do Emprego

Para o economista da CNC, Fábio Bentes, três fatores determinam as vendas nessa área: inflação, crédito e juros. “Se um alimento fica caro, o consumidor vai economizar em outros produtos, mas não deixa de comprar itens de primeira necessidade”, diz. “Antes, sem dinheiro para adquirir outros produtos, o consumidor recorria ao crédito, o que hoje é pouco provável em razão da taxa de juros.” Ele explica ainda que, em 2015, o consumidor deverá gastar mais com os serviços públicos em função dos aumentos da energia, da inflação e dos juros, além da crise hídrica. “Fatores como esses nos fizeram revisar a previsão de crescimento do comércio para baixo”, ressalta Bentes. Se historicamente o comércio começava a contratar em maio e junho, neste ano as previsões indicam que o período de contratações começará apenas no segundo semestre.

A luz amarela acendeu também para o setor de serviços. O Índice de Confiança do Setor de Serviços da FGV registrou uma queda para a atividade de 5,4%, de janeiro para fevereiro. Na medição, isso representa um total de 93,7 pontos – a pior queda desde novembro de 2009. No setor, segundo a sondagem, também há mais empresas projetando demissões do que admissões. Para o consultor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), Silvio Sales, **os sinais de uma demanda enfraquecida estão abalando fortemente a confiança dos investidores**: “As notícias são, em grande parte, negativas, retratando o ínfimo crescimento do PIB, um menor ritmo de abertura de vagas e uma inflação mais pressionada”. Diante desse cenário, o economista não acredita em melhorias significativas para o primeiro semestre. Uma possível recuperação é projetada apenas para o fim do ano.

Criação de empregos formais no mês de janeiro



CONTRATAÇÕES E PERSPECTIVAS

As condições desfavoráveis da economia começaram a corroer diversos setores. Muitos, inclusive, já enfrentam demissões coletivas, como as montadoras. Em outros, a perspectiva de demissão é cada vez mais frequente. Uma área que passou por grande transformação nos últimos anos é a de petróleo, óleo e gás. Considerada uma das mais promissoras e mais bem remuneradas graças à exploração do pré-sal, a atividade sentiu o impacto da crise na Petrobras, que afeta prestadores de serviços da estatal. “Com a operação Lava Jato, muitas companhias estão revendo seus projetos porque, nesse setor, todos têm conexão com a Petrobras, que, por sua vez, está revendo os projetos de expansão”, explica o diretor regional da Hays Consultoria para o Rio de Janeiro, Raphael Falcão. A mudança afeta duramente a economia. No município de Itaboraí, onde está sendo construído o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, empresas envolvidas na Operação Lava Jato foram responsáveis por centenas de demissões e algumas têm atrasado o pagamento de seus funcionários.

A redução de investimentos em grandes projetos de infraestrutura afeta ainda o setor de construção civil. “Do ponto de vista da estratégia econômica, a Operação Lava Jato é uma tragédia porque revelou fragilidades de empreiteiras que atuam na vanguarda da engenharia em todo o mundo”, diz Lúcio, do Dieese. Com dificuldades para obter financiamentos, as empresas já reduziram o ritmo de algumas obras.

Uma pesquisa divulgada pela agência de empregos e negócios ManpowerGroup mostra que as contratações no primeiro trimestre de 2015 ocorreram em um ritmo mo-



“AS EMPRESAS TÊM
SEGURADO UM POUCO MAIS
AS CONTRATAÇÕES PARA
ANALISAR QUAIS RUMOS
O MERCADO TOMARÁ”

**RICARDO ROCHA, GERENTE-EXECUTIVO
DA MICHAEL PAGE**

desto. Os números indicaram que 16% das empresas mantiveram suas contratações, 10% anteciparam uma queda em seus quadros e 71% conservaram suas equipes. Para Falcão, da Hays Consultoria, o mercado tem sido bombardeado por notícias ruins, o que, segundo ele, aumenta as incertezas para o empresariado. “A conjuntura econômica levou à desaceleração de novos projetos e à busca por pessoas com melhor desempenho”, afirma. De 2006 a 2013, havia uma demanda por profissionais em áreas técnicas e, nesse período, muitos aposentados voltaram à ativa para suprir a demanda. Hoje, explica Falcão, o desemprego aumentou, mas ainda não há margem para a substituição de pessoas com mais experiência em determinados postos. **Atualmente, estão sendo contratados profissionais que conseguem antever as deficiências e necessidades do mercado.** “Há três anos, não paravam de surgir novos projetos e os executivos só pensavam em potencializar as oportunidades”, explica. “Agora, busco profissionais que antecipem o aumento de preços. Contrato financeiras que consigam rentabilizar os recursos e encontrar soluções alternativas.”

O perfil das contratações definitivamente mudou e continuará mudando em 2015. Segundo o gerente-executivo da Michael Page, Ricardo Rocha, a tendência para a redução de custos e o aumento da eficiência está cada vez mais forte. “O cenário afetou as decisões estratégicas das companhias”, ressalta ele. “Sinto que as empresas têm segurado um pouco mais as contratações para analisar quais rumos o mercado tomará.” O provável é que as empresas priorizem a eficiência e a redução de custos até que o cenário de recuperação esperado pelo governo para 2016 seja realidade. [8]

É HORA DE REDEFINIR PRIORIDADES

Com o Mercosul na UTI após o acordo da Argentina com a China, Brasil precisa se abrir para novos parceiros e fortalecer políticas comerciais que o ajudem a recuperar o saldo positivo da balança. O Plano Nacional de Exportação é instrumento importante para isso e pode aproximar o País dos Estados Unidos.

TEXTO **RACHEL CARDOSO**



Para tentar reverter o déficit da balança comercial brasileira, que em 2014 atingiu 4% do Produto Interno Bruto (PIB) – o pior resultado desde 1998 –, o ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, tem pela frente o desafio de tirar do papel o Plano Nacional de Exportações (PNE). A iniciativa visa não apenas promover algumas reformas microeconômicas, mas também articular políticas comerciais para costurar acordos com países em situação econômica favorável, principalmente com os Estados Unidos, eixo da estratégia, e também com mercados da América Latina, Ásia e Oriente Médio.

“O atual patamar do dólar perante o real oferece uma perspectiva positiva para o País retomar as exportações e o PNE pode ser um vetor para manter o nível de atividade econômica”, disse Monteiro recentemente em reunião na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

A tentativa de aproximação com outros países é vista como positiva. “Trata-se do único espaço de manobra que o governo tem para equilibrar a balança em um cenário de ajuste fiscal”, avalia o professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, Evaldo Alves, para quem a busca pelo fortalecimento das relações internacionais acontece relativamente tarde. “Descuidamos muito da geopolítica e estamos perdendo espaço comercial.”

Enquanto o mundo assiste à formação de cadeias produtivas cada vez mais globalizadas, é natural que o fortalecimento de acordos comerciais seja adotado como estratégia de competitividade. É o caso da Aliança do Pacífico, que reúne Colômbia, México, Peru e Chile, e da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, com 21 países-membros.

“DESCUIDAMOS MUITO
DA GEOPOLÍTICA
E ESTAMOS PERDENDO
ESPAÇO COMERCIAL”

IVALDO ALVES, PROFESSOR
DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS DE SÃO PAULO

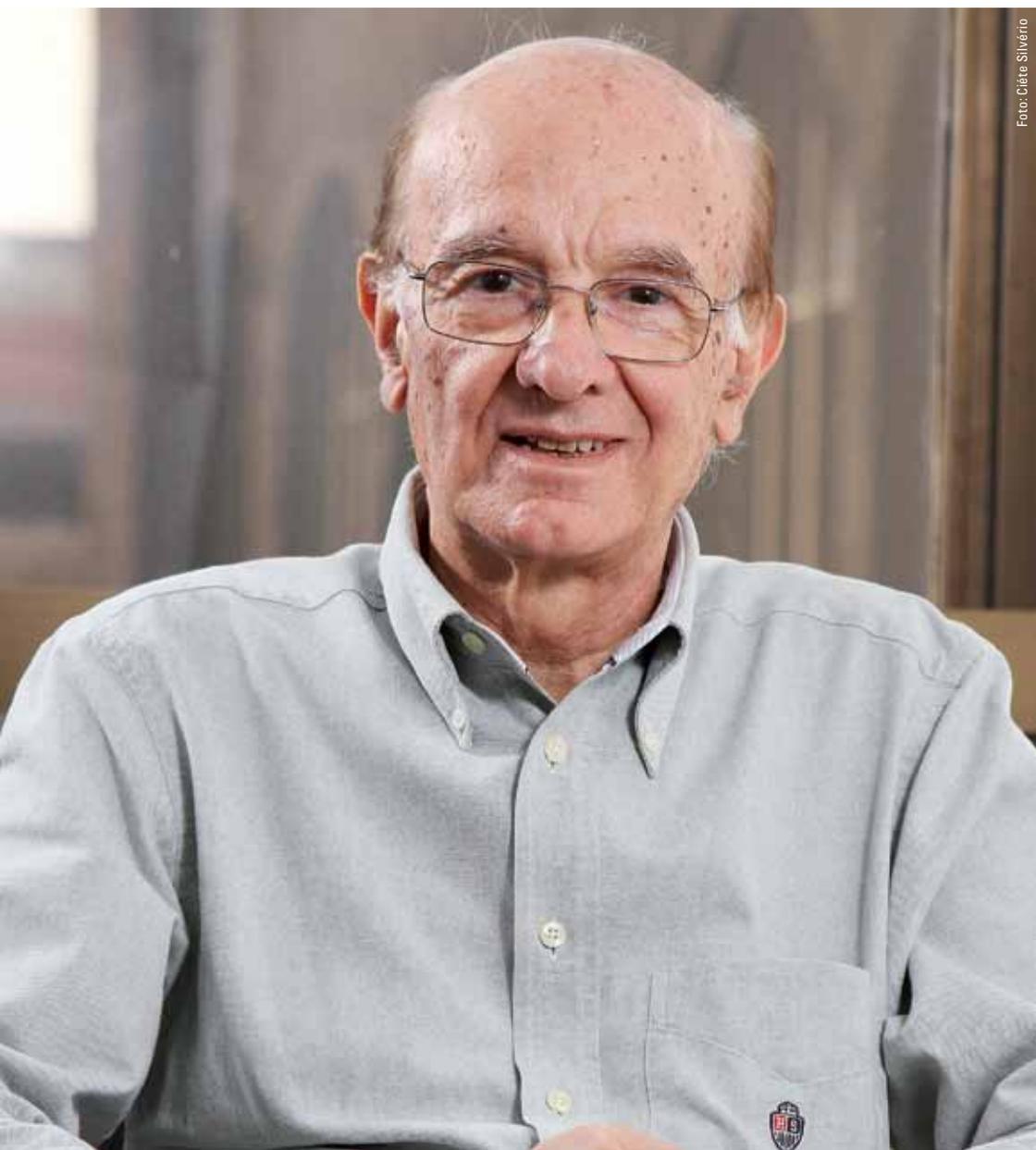


Foto: Cláudio Silvério

CENÁRIO

É hora de redefinir prioridades

O Brasil restringe as parcerias ao Mercosul, um bloco cada vez mais enfraquecido aos olhos do mundo, principalmente depois do acordo entre a Argentina e a China, anunciado em fevereiro. O país da presidente Cristina Kirchner construirá duas usinas nucleares, com transferência de tecnologia chinesa. O gigante asiático também ajudará a implantar ferrovias e barragens. Há ainda pactos nas áreas de mídia, energia, tecnologia espacial, finanças, tecnologia de comunicações e passaportes. A China tem procurado fortalecer sua presença na América Latina e deve empenhar cerca de US\$ 250 bilhões em investimentos na região nos próximos cinco anos. A política de aproximação, assim como com a África, busca fortalecer a estatura geopolítica do país.

PORTA DE ENTRADA

A movimentação disparou um alarme na indústria brasileira. Enquanto refaz para baixo as projeções de exportação para o país vizinho, o setor culpa o governo brasileiro por não ter concedido financiamento especial para a Argentina, mesmo com o alto risco da operação. Na avaliação de industriais brasileiros, a omissão permitiu à China isolar o Brasil e fazer da Argentina a sua porta de entrada para a América do Sul.

O acordo pode ainda dar um golpe de misericórdia no Mercosul, que agoniza desde 2002 e respira por aparelhos, principalmente em razão do colapso da economia argentina, que há muito não transmite confiabilidade aos mercados internacionais. A aproximação com os chineses, porém, não surpreendeu alguns economistas, que acreditam que o acordo pode, no fim das contas, ajudar o Brasil.

Para o professor de Economia da Universidade de São Paulo, Antonio Lanzana, abrir-se para as mudanças externas e se aproximar dos Estados Unidos são as melhores coisas que

“O BLOCO SE TORNOU
UMA ARMADILHA
PORQUE TEVE ORIGEM
POLÍTICA E NÃO ECONÔMICA”

PAULO DUTRA, COORDENADOR DO
CURSO DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO
ARMANDO ALVARES PENTEADO



poderiam acontecer ao Brasil, a fim de que o País reconquiste a confiança dos investidores. “O Brasil é um dos menos integrados nas cadeias produtivas globais porque sempre foi muito protecionista e não é competitivo.”

O fato de o Mercosul, integrado por Uruguai, Paraguai e Venezuela, além de Argentina e Brasil, ser fortemente ideológico colocou muitas barreiras para o avanço do País no comércio internacional. “O bloco se tornou uma armadilha porque teve origem política e não econômica”, diz o coordenador do curso de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), Paulo Dutra.

Tanto ele quanto Lanzana destacam que a Argentina sempre impôs restrições aos produtos brasileiros e nunca respeitou as regras comerciais do Mercosul. O Brasil, ao contrário, tem cumprido o seu papel, e amargado prejuízos por isso.

Dutra destaca ainda que é preciso tirar o foco do Mercosul. “O acordo com a China não terá a magnitude que os argentinos esperam”, diz. “Os chineses terão mais benefícios e, como contrapartida, já não crescem como antes.”

Outro ponto a ser lembrado é que a China é um grande consumidor de *commodities*, principalmente de minério de ferro, o que alimentou a alta das exportações brasileiras pela última década. Entretanto, o consumo está em queda, com efeito colateral nocivo ao Brasil.

Não é por acaso que a piora do resultado comercial brasileiro no ano passado aconteceu, principalmente, em decorrência da queda no preço das *commodities*, da crise econômica na Argentina – um dos principais compradores de produtos brasileiros – e do aumento da importação de combustíveis.

Em 2014, a balança comercial brasileira registrou déficit de US\$ 3,93 bilhões, o pior

Diversificação das exportações

O Plano Nacional de Exportações concentra-se em dois eixos: a conquista de novos mercados e a desburocratização das exportações. As medidas terão impacto fiscal mínimo, sem novas desonerações. Mais de 50 setores da economia participaram da elaboração do PNE, além de trabalhadores e centrais sindicais.

Em relação à conquista de novos mercados, o Brasil pretende fortalecer políticas comerciais com países como Estados Unidos, México, Peru e Colômbia. “O objetivo é diversificar o destino das exportações e a pauta exportadora e associar o País a fluxos de comércio de regiões mais ativas economicamente”, disse o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro, em reunião na FecomercioSP no mês de fevereiro.

Para desburocratizar os processos, o MDIC trabalha em conjunto com outras pastas para simplificar as exportações e melhorar os ambientes regulatório e tributário.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, Apex-Brasil, será mantida, assim como três programas de estímulo comercial: o Reintegra, que devolve aos exportadores de mercadorias industrializadas 3% do faturamento para ressarcir tributos cobrados ao longo da cadeia produtiva; o Proex Equalização, que financia parte dos custos para exportadores ou importadores de bens e serviços brasileiros; e o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que financia a compra de bens de capital e a exportação e investimentos em pesquisa e inovação por meio de linhas especiais de crédito do BNDES.



**NO FIM DAS CONTAS,
A INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL EM
RELAÇÃO AO
MERCOSUL PODERIA
REAPROXIMAR O PAÍS
DE ESTADOS UNIDOS,
MÉXICO, PERU,
COLÔMBIA E CHILE**

resultado anual desde 1998, quando o saldo negativo ficou em US\$ 6,62 bilhões. Também foi o primeiro déficit comercial desde o ano 2000, quando as compras do exterior ficaram US\$ 731 milhões acima das exportações.

SUPERÁVIT EM 2015

A expectativa do mercado para este ano, segundo pesquisa realizada pelo Banco Central com mais de cem instituições financeiras, é de melhora do saldo comercial. A previsão dos analistas dos bancos é de um superávit de US\$ 5 bilhões nas transações comerciais do País com o exterior. Já o Banco Central prevê um superávit da balança comercial de US\$ 6 bilhões para 2015, com exportações em US\$ 234 bilhões e compras do exterior no valor de US\$ 228 bilhões.

No ano passado, o único mercado para o qual o Brasil aumentou as exportações de manufaturados foi o norte-americano. No total, foram US\$ 16 bilhões. Para alguns itens, como máquinas e equipamentos, o Brasil registrou incremento nas exportações acima de 20% e, no conjunto das exportações de manufaturas, algo em torno de 7%.

No fim das contas, a independência do Brasil em relação ao Mercosul poderia reaproximar o País de Estados Unidos, México, Peru, Colômbia e Chile. Os Estados Unidos, particularmente, estão em uma fase de crescimento com perspectiva de se estender pelos próximos anos, o que abre oportunidades para as exportações brasileiras. “Está mais do que na hora de Brasil e Estados Unidos estreitarem os laços. O País precisa concentrar as estratégias no comércio internacional para amenizar a vulnerabilidade do mercado nacional”, ressalta Dutra. Algo que parece ser compatível com a agenda de Armando Monteiro. [8]

EXPORTE OS SEUS PRODUTOS COM MAIS FACILIDADE.

Adquira o seu **Certificado de Origem FecomercioSP** e expanda a sua rede de negócios no mercado internacional com mais segurança e rapidez.



*Mais informações, ligue (11) 3254-1652/1653
ou pelo e-mail certificado@fecomercio.com.br*

*Atendimento: Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – S1,
das 9h às 12h30 / 14h às 17h30.*

Senac Sesc FECOMERCIOSP

Aqui tem a força do comércio

FECOMERCIOSP

Representa muito para você.



“FALTA UM PROJETO DE LONGO PRAZO PARA O BRASIL”

O Brasil atravessa uma crise de confiança, agravada pela ineficiência da máquina pública e pela ausência de prioridades bem definidas. A opinião é do ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2003-2007) e membro do conselho de administração de empresas como BRF e Vivo, Luiz Fernando Furlan. Em entrevista à **Conselhos**, ele discorre sobre a acomodação das empresas brasileiras, fala da importância de se construir marcas nacionais e comenta que o Brasil perdeu a chance de se posicionar mais fortemente no cenário internacional ao privilegiar as relações com países de pouca expressão no comércio global.

TEXTO **MARINEIDE MARQUES**

FOTOS **CIETE SILVÉRIO**



ENTREVISTA

Luiz Fernando Furlan – Empresário e ex-ministro

Acionista da BRF, empresa criada a partir da associação entre a Sadia e a Perdígão, dono da Concórdia Corretora e membro do conselho de administração de diversas empresas, Luiz Fernando Furlan transita no meio empresarial com a desenvoltura de quem também conhece os meandros do poder. Por isso, sua visão do cenário econômico nunca é dissociada do plano político. Ex-ministro do Governo Lula, ele critica a atual indefinição de prioridades da presidente Dilma Rousseff e atribui parte do problema ao arranjo político para acomodar as coligações partidárias. Furlan também não poupa críticas às empresas brasileiras, às quais ele classifica como “acomodadas”, e diz que há um certo conformismo por parte da população, que não assume o seu papel nas mudanças. A isso, soma-se uma ineficiência sistêmica do Estado, incapaz de resolver os problemas estruturais. No entanto, Furlan acredita que há um descompasso entre a percepção e a crise, de fato. “A impressão que eu tenho é que a vocalização da crise é muito maior do que a realidade que afeta o cidadão comum”, diz ele, em entrevista à **Conselhos**, na qual traça paralelos entre o primeiro mandato do ex-presidente Lula, em 2003, e o cenário enfrentado pela presidente Dilma, em 2015. Em comum está a necessidade de medidas duras para ajustes na política econômica, mas Furlan aponta diferenças importantes entre ambos os períodos, a começar pelo desgaste político vivido pelo atual governo.

A CRISE DE CONFIANÇA DO BRASILEIRO É MAIOR DO QUE OS SINAIS DE CRISE ECONÔMICA?

A crise econômica não está nas ruas. Os táxis continuam lotados e os restaurantes não estão vazios. Contudo, temos uma situação sistêmica que está influenciando muito a estrutura de governo. Em alguns casos, os problemas eram previsíveis, e, em outros, não. A falta de chuva, por exemplo, não pode ser desculpa para a escassez de energia, porque tivemos tempo de sobra para a construção de linhas de transmissão. Há uma série de obras que deveriam ter ficado prontas e não ficaram, que estão custando o dobro do ideal. Para resumir: há um problema de gestão pública não só no âmbito federal, que tem a ver com a falta de um projeto de longo prazo para o Brasil. Na iniciativa privada, os acionistas se reúnem e deliberam quais são as prioridades e onde os recursos serão alocados. No setor público, não é muito comum que o discurso esteja alinhado ao recurso. O governante faz um discurso de que tal coisa é prioridade, mas o dinheiro e as pessoas trabalham em outra. Por exemplo: o mote do segundo mandato da presidente Dilma é educação. Teoricamente, a verba destinada à educação deveria aumentar, mas o que se vê é o contrário. Há esse descompasso, mas a impressão que eu tenho é que a vocalização da crise é muito maior do que a realidade que afeta o cidadão comum.

A CRISE MAIOR É DE CONFIANÇA?

Sim. Há uma soma de ineficiências e um certo conformismo atávico do brasileiro de que “é assim mesmo”. A grande melhoria vem da soma de pequenas coisas, mas o brasileiro acha que isso independe dele. Tendemos a acreditar que alguém vai arrumar e alguém vai limpar, enquanto o problema se acumula e fica maior.

“NO SETOR PÚBLICO,
NÃO É MUITO COMUM
QUE O DISCURSO ESTEJA
ALINHADO AO RECURSO”



QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO DO PAÍS?

Temos uma situação em que a ineficiência sistêmica não é resolvida e ainda é repassada para os preços. São custos atrelados às más condições das estradas, às filas nos portos, e às faltas de segurança e de estrutura. Isso tudo tem um custo, que deságua na ponta e acaba embutido no preço do produto.

POR QUE O BRASIL TEM POUCAS MARCAS DE EXPRESSÃO GLOBAL?

O americano Joseph Nye escreveu um livro muito interessante chamado *The Paradox of American Power*, no qual ele divide o poder americano entre *hard power* e *soft power*. O primeiro é o poder da bomba atômica, das forças militares e da hegemonia econômica. Já o *soft power* não é exercido necessariamente pelas autoridades norte-americanas, mas por fatores subliminares, que influenciam o mundo inteiro – são os hábitos e costumes, os filmes de Hollywood, a música e as marcas americanas, que se transformaram em objetos de desejo em todo o mundo. Tudo isso se constitui um poder imenso e tem a ver com o *soft power*. As marcas que mudam hábitos de consumo, que lançam modismos e levam multidões a filas. Isso tem um valor extraordinário. O Brasil não seguiu esse passo. Mesmo as empresas brasileiras consideradas globais, com raras exceções, não representam uma marca global. Você não vai ao supermercado e compra um produto da Vale do Rio Doce, da Petrobras, da Gerdau ou da Embraer. Poucas marcas brasileiras conseguiram isso, como a Havaianas. A BRF está perseguindo esse caminho, procurando trabalhar as marcas e fidelizar o consumidor. Mas é um trabalho de longo prazo a ser perseguido por toda a empresa. É muito co-

ENTREVISTA

Luiz Fernando Furlan – Empresário e ex-ministro



num executivos brasileiros irem ao mercado internacional sem deixar de pensar como brasileiros. As empresas que se tornaram globais têm uma miscigenação de raças, de origens e de culturas.

AS EMPRESAS BRASILEIRAS EVITAM OS RISCOS ASSOCIADOS AO MERCADO INTERNACIONAL?

As empresas brasileiras são muito acomodadas e eu vejo duas razões principais para isso: o tamanho do mercado interno brasileiro e o fato de que, historicamente, esse mercado foi protegido da competição internacional. Muitas vezes, a empresa se acomoda sendo apenas regional, dada a amplitude do mercado.

Quando você sai da zona de conforto para ser uma marca nacional ou para construir uma marca internacional, precisa agregar valores e conhecimentos que normalmente são necessários, incorporando gente e *know-how*. Às vezes, é preciso até mudar o produto. Temos exemplos de sucessos e de insucessos, porque é necessária uma curva de aprendizado, incluindo o risco de desnacionalização da empresa. Se ela demora a se internacionalizar, corre o risco de ser internacionalizada, ou seja, de ser adquirida por grupos estrangeiros. Os acionistas precisam ter uma visão de longo prazo, que extrapola essas questões de altos e baixos da economia brasileira.

“ASSISTIMOS AOS PAÍSES DO ANTIGO PACTO ANDINO SE UNIREM NA ALIANÇA DO PACÍFICO, ENQUANTO O BRASIL FICOU NO ‘SAMBA DE UMA NOTA SÓ’, SEM SAIR DO LUGAR”

É UM TRABALHO A SER FEITO EM CONJUNTO COM OS GOVERNOS?

É preciso responder à seguinte pergunta: marca é um ativo importante para o País? Não sei. O cidadão comum talvez considere isso irrelevante. Mas é notório que, em alguns casos, o trabalho de construção de marca se confunde com o poder nacional, como o esforço recente da Coreia do Sul para construir marcas mundiais. Foi assim que nomes como Samsung, LG, Hyundai e KIA ganharam o mundo.

O BRASIL ESTÁ SE ISOLANDO DO PONTO DE VISTA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL?

O Brasil perdeu o *timing*. Nesses últimos anos, investimos em amizades com países que não rendem frutos comerciais. O próprio Mercosul, que no começo foi efervescente e positivo, hoje é retrógrado e, a cada ano, complica-se mais. A relação de troca diminuiu. A Argentina fez agora um acordo importante com a China e o produto chinês ganhará a mesma prioridade de que gozava o produto brasileiro. Só que a China não terá os ônus do Mercosul. Assistimos aos países do antigo Pacto Andino se unirem na Aliança do Pacífico, enquanto o Brasil ficou no “Samba de Uma Nota Só”, sem sair do lugar. Fizemos apenas três acordos comerciais, com Israel, Egito e Palestina, países sem expressão no cenário econômico mundial. O Brasil esteve na “crista da onda” durante um bom tempo, mas não aproveitou para multiplicar as oportunidades.

NO DISCURSO DO GOVERNO, ESTE É O ANO DE AJUSTES, QUE PREPARARÁ O PAÍS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO. HÁ CONDIÇÕES PARA QUE ISSO ACONTEÇA?

Sob alguns aspectos, 2015 é similar ao que experimentamos em 2003, que também foi um ano dolorido, de forte ajuste e de resgate de

ENTREVISTA

Luiz Fernando Furlan – Empresário e ex-ministro

credibilidade. Entretanto, há algumas diferenças em relação a 2003. A primeira delas é que estamos em meio a um fortíssimo bombardeio com o assunto Petrobras, que não deve terminar tão cedo. O tema ainda vai render muito e é um ônus para o governo e para o País, porque gera mídia negativa para o Brasil. Outra diferença diz respeito ao preço das *commodities*, que atualmente está em baixa. Um terceiro aspecto, também importante, é que esse começo de governo revela um desgaste político, uma situação totalmente diferente da vivida em 2003, quando o setor produtivo entendeu que o governo caminhava no rumo certo e apoiou as medidas duras adotadas, na época, pelo ministro Antônio Palocci [*da Fazenda*].

EM FUNÇÃO DESSE CENÁRIO, QUAL É A SUA EXPECTATIVA EM RELAÇÃO AO COMPORTAMENTO DO INVESTIMENTO PRIVADO?

Boa parte da ação empresarial tem a ver com expectativas. Então, o racional manda resguardar o caixa, porque vem trovoadas pela frente. No momento em que a percepção se torna positiva em relação ao futuro, o empresário é o primeiro a interpretar que é hora de investir e apostar no crescimento. Existe a expectativa de que essas medidas duras adotadas pelo governo neste primeiro ano do segundo mandato consigam reverter o quadro de pessimismo.

O QUE O GOVERNO DEVE FAZER PARA A RETOMADA DA CONFIANÇA DO EMPRESARIADO?

Tem de estabelecer precedências, porque não é possível fazer tudo. A equipe econômica colocou algumas prioridades, no sentido de ajuste fiscal, que têm o apoio e a compreensão do setor empresarial. Mas há certos gargalos preocupantes em áreas como logística e energia, cujas soluções possivelmente passam por concessões ao setor privado. Não vimos caos nos

“PARA O PAÍS, SERIA MELHOR TER CEM OBRAS EFETIVAMENTE TERMINADAS DO QUE MIL TOCADAS EM BANHO-MARIA”



aeroportos durante a Copa do Mundo, como diziam que haveria. A concessionária privada que assumiu Guarulhos, por exemplo, trabalhou ininterruptamente porque sabia que só haveria receita a partir da operação. A lógica é diferente do setor público, no qual a conta é paga por todos. Se você fizer um pente fino, verá que há mais de mil obras incompletas, só na esfera federal. Para o País, seria melhor ter cem obras efetivamente terminadas do que mil toçadas em banho-maria. Meia ponte ou um terço de hospital não servem para nada. O ideal seria que o governo escolhesse um deles e, de fato, concluísse. Quem tem muita prioridade, não tem nenhuma. Prioridade não é para onde vai o discurso, é para onde vai o recurso. Quando todos sabem quais são as prioridades, há maior empenho para alcançar o objetivo. Quando elas são difusas, você dispersa energia e não alcança objetivos.

POR QUE É TÃO DIFÍCIL FAZER ISSO?

É difícil porque as coligações partidárias obrigam o governo a contentar todos, dividindo o poder por ministérios. E não se trata de um

problema exclusivo do plano federal. O mesmo acontece nos Estados. A Petrobras cancelou duas refinarias que foram anunciadas por razões políticas em Pernambuco e no Ceará. Será que o ideal não seria anunciar apenas uma e concluí-la? Para isso, seria preciso uma base política forte que desse sustentação a decisões que, muitas vezes, desagradam um conjunto partidário regional ou até o próprio partido da base aliada. É difícil resolver isso.

A REFORMA POLÍTICA RESOLVERIA ISSO? HÁ CONDIÇÕES PARA TOCÁ-LA NESTA LEGISLATURA?

A reforma política virá. Talvez ela venha no bojo de uma crise. Quando uma determinada coisa não é feita ao seu tempo, ela tende a acontecer em um momento de emergência. Isso pode acontecer com a reforma política, porque o desgaste já é perceptível: o Brasil registrou índice recorde de abstenção nas últimas eleições, e começamos a notar manifestações espontâneas sem liderança definida. Quando um assunto não é encaminhado de forma adequada, começam a acontecer erupções voluntárias que obrigam à adoção de medidas que foram proteladas. [&]

O DESAFIO DAS EMPRESAS DIANTE DO CENÁRIO ECONÔMICO

As medidas de ajuste fiscal já anunciadas pelo governo impõem a necessidade de as empresas se planejarem para atravessar o período de instabilidade que se anuncia. A relação com fornecedores e prestadores de serviço deverá ser revisada com a possibilidade de buscar eficiência no uso dos recursos alocados na operação. Em paralelo, o estresse adicional das ações do governo, tanto para criar quanto para tentar arrumar os erros cometidos, deverá impactar negativamente a credibilidade da economia nacional.

DANILO DUPAS

ECONOMISTA, MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO COM ÊNFASE EM FINANÇAS,
CONSULTOR EMPRESARIAL E EDUCACIONAL.



A grande concorrência no mercado globalizado fez gestores das empresas refletirem sobre a metodologia de trabalho, principalmente após a crise de 2008, pois não há margens para erros na condução dos negócios. Nesse contexto, a governança corporativa tornou-se fundamental para o desenvolvimento das organizações com o objetivo de buscar a transparência das informações e a descentralização do poder para minimizar os conflitos de interesse dos executivos, antes imperceptível, mas crucial para a longevidade do negócio e para a lucratividade.

É fato que a governança corporativa mudou consideravelmente a condução dos negócios e o fortalecimento dos princípios éticos e morais na atuação das organizações na sociedade. Contudo, a nova ordem econômica, apesar de afetar o governo federal, não surtiu o mesmo efeito de reflexão como na iniciativa privada. Com o pífio crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 e a inquestionável elevada carga tributária existente, o governo federal se superou ao divulgar o pacote econômico que afeta negativamente as atividades das organizações em 2015.

O pessimismo é tanto que não gostaria de reforçá-lo para prever “o fim do mundo”, mas apresentar possíveis ajustes nas empresas para minimizar o impacto das medidas. Não há dúvida de que os empresários devem planejar suas ações considerando o governo como um dos maiores riscos ao negócio.

Apesar de constante análise, reflexão, desenvolvimento e implementação de ajustes nos processos pelo corpo diretivo das organizações para a efetividade no rendimento das empresas perante a competitividade no mercado, o governo exige indiretamente nova readaptação nas operações. O estresse adicional das ações do governo, tanto para criar quanto para tentar arrumar os erros cometidos, impactam negativamente a credibilidade da economia nacional.

A corrupção na Petrobras realça a inexistência de governança corporativa em uma das maiores corporações do mundo com excepcional qualificação técnica na extração de petróleo. Ficou evidente a fragilidade nos processos na área comercial e como a fraqueza nos processos poderá impactar na ruína de uma organização que fomenta a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

O cenário econômico pessimista e a fraude na Petrobras poderão fomentar a reavaliação dos processos na área de suprimentos das empresas, que passará por uma readequação metodológica nas negociações e nos controles, pois qualquer economia na aquisição automaticamente será revertida em caixa.

O impacto cultural nas empresas será significativo, pois os gestores de suprimentos resistentes aos ajustes dos processos para propiciar aumento da economia nas negociações com maior transparência certamente desconhecem o real poder de influência da área no resultado operacional das organizações, minando o poder de atuação da área nas decisões táticas e estratégicas.

A relação com fornecedores e prestadores de serviço deverá ser revisada com a possibilidade de buscar eficiência no uso dos recursos alocados na operação. Provavelmente, os fornecedores passarão a ser considerados como parceiros, pois aliança estratégica é fundamental para a sustentabilidade no negócio de ambos.

A crescente informatização dos meios de comunicação facilita o controle da atividade e a redução dos desperdícios, mas requer novas metodologias de trabalho para acelerar a transição das informações com facilidade de absorvê-las. Nesse cenário mutante, o gestor de suprimentos tem a obrigação de informatizar completamente os processos e de integrar a sua rede de suprimentos com as dos parceiros por meio de um sistema eletrônico de nego-



**O CENÁRIO ECONÔMICO
PESSIMISTA E A FRAUDE
NA PETROBRAS PODERÃO
FOMENTAR A REAVALIAÇÃO
DOS PROCESSOS NA ÁREA
DE SUPRIMENTOS DAS
EMPRESAS, QUE PASSARÁ
POR UMA READEQUAÇÃO
METODOLÓGICA NAS
NEGOCIAÇÕES E NOS
CONTROLES**

ciação (SEN), ferramenta essencial para consolidar os desenvolvimentos dos processos e de novos métodos de negociação e de governança.

Enquanto o governo não aperfeiçoa a sua gestão administrativa e posterga as necessidades via aumento da arrecadação, cabe à iniciativa privada brasileira demonstrar o caminho correto: reavaliar profundamente o negócio e reduzir as perdas, pois com a efetividade na operação, a organização se tornará mais competitiva para superar as adversidades no mercado nacional, enfrentar a concorrência externa e ampliar consideravelmente o raio de atuação no mercado.

Lançado o desafio a acionistas e executivos, resta saber quais organizações brasileiras vão superar as adversidades e invadir o mercado internacional. [6]



5º PRÊMIO
FECOMERCIO
de sustentabilidade



PRÊMIO 2016 CARIÓTIPO

FDC

CDSV

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
DA SUSTENTABILIDADE NO VARGEM



SUSTENTABILIDADE
FECOMERCIO SP

Senac Sesc FECOMERCIO SP

Aqui tem a força do comércio

FECOMERCIO SP

Representa muito para você.



Inscrições gratuitas

Mais do que ideias, resultados para um mundo melhor.

Aplicativo de logística inteligente, loja verde e ração sustentável são alguns dos projetos vencedores do Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade 2014.

Se você tem alguma ideia inovadora e de possível realização, faça a sua inscrição no **5º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade** e participe.

As categorias válidas são:

- Empresa (microempresa, pequena/média empresa, grande empresa, indústria e entidade empresarial);
- Órgão Público;
- Academia (professor e estudante);
- Reportagem Jornalística (rádio/TV, jornalismo impresso e jornalismo on-line).

Não perca a oportunidade de ajudar a construir um mundo melhor.

As inscrições vão até o dia 10/08.



Para conhecer outras edições, fazer a sua inscrição e verificar o regulamento, acesse:
www.fecomercio.com.br/sustentabilidade



RUMO AO INTERIOR

Crise hídrica, especulação imobiliária e qualidade de vida estimulam o deslocamento de empresas e de trabalhadores para o interior de São Paulo. A capital se desindustrializa, mas não perde relevância econômica. As sedes administrativas das grandes corporações continuam na cidade, assim como os empregos de maior remuneração.

TEXTO **FILIPE LOPES**



Sede das principais indústrias do País no início do século 20, a cidade de São Paulo se transforma cada vez mais em um grande polo financeiro, que abriga escritórios administrativos das grandes companhias, concentra os empregos que pagam mais, atrai empreendimentos imobiliários de alto padrão e afugenta para o interior a população de baixa renda que busca oportunidades de emprego.

No início do século passado, os bairros paulistanos da Lapa e da Mooca abrigavam as principais indústrias do Estado de São Paulo e do Brasil, que moviam a economia nacional e atraíam imigrantes que procuravam emprego no pós-guerra, além de migrantes de diversas regiões do País, que viam na capital paulista a esperança de um futuro melhor. Esse cenário começou a mudar no fim da década de 1970 e se intensificou nos anos 2000, quando a migração de nordestinos e de outros povos para São Paulo diminuiu bastante e a movimentação dentro dos próprios Estados brasileiros se intensificou. Segundo estudo elaborado pela Universidade de Campinas (Unicamp) para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), entre 2000 e 2010, a migração dentro dos Estados passou de 65% para 72% do fluxo total de deslocamentos dos brasileiros. No mesmo período, a migração para o Sudeste caiu de 1,8 milhão de pessoas para 575 mil.

Além de a população se manter mais nas suas regiões de origem, a capital paulista não desperta mais a ilusão de riqueza aos migrantes, que contam com mais opções de emprego e moradia em suas cidades. A taxa de urbanização das cidades paulistas do interior, principalmente as localizadas das rotas de escoamento da produção sucroalcooleira e agrícola ao norte do Estado (que faz divisa com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul), cresceu, em média, 76,1% entre 2000 e 2010, segundo último

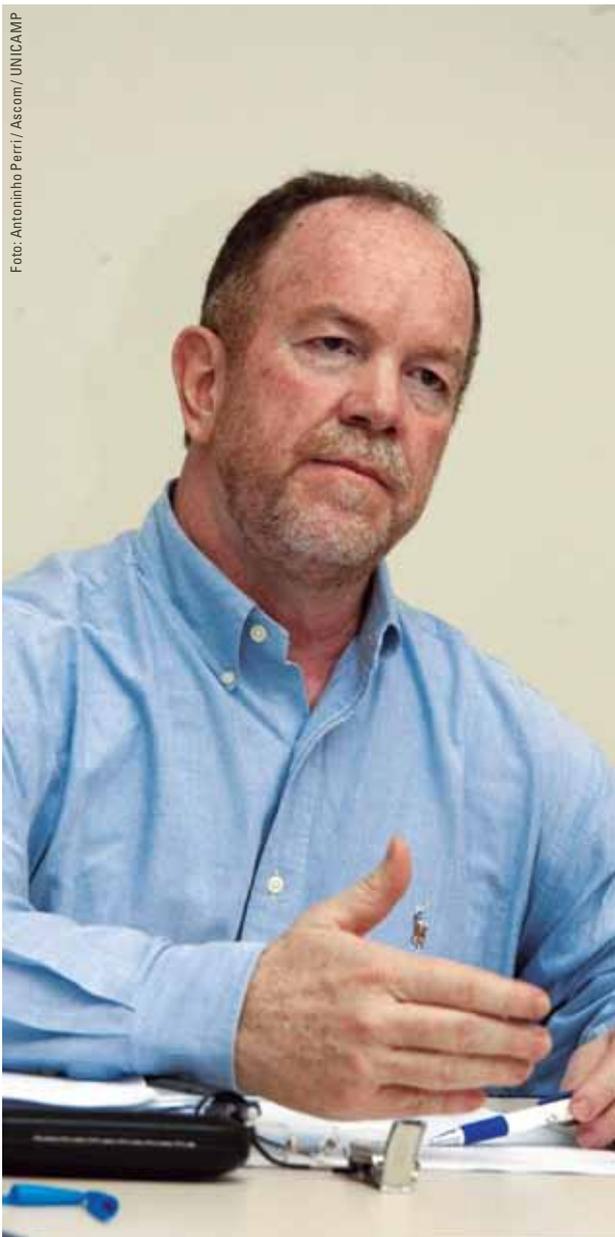


Foto: Antoninho Perri / Ascom / UNICAMP

“A MIGRAÇÃO DOS
PROCESSOS INDUSTRIAIS
DAS GRANDES EMPRESAS
PARA O INTERIOR PAULISTA
É NOTADA DESDE A DÉCADA
DE 1970. A TENDÊNCIA
É MAIS ESTRUTURAL DO
QUE PROPRIAMENTE ALGO
QUE AFETE A ECONOMIA
BRASILEIRA. SÃO PAULO
NÃO SE TRANSFORMARÁ
EM UMA CIDADE-FANTASMA,
APENAS CONTINUARÁ
SENDO O GRANDE CENTRO
FINANCEIRO DO PAÍS”

**CLÁUDIO DEDECCA, PROFESSOR
DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
DA UNICAMP**

levantamento do Censo, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o professor do departamento de Economia da Unicamp, Cláudio Dedecca, essa somatória de fatores não significa necessariamente que a capital paulista perdeu ou perderá força em razão do êxodo urbano. “A capital paulista concentra os escritórios administrativos das grandes empresas, enquanto as cidades interioranas abrigam as indústrias e a mão de obra menos qualificada. A tendência é que a região metropolitana de São Paulo se desindustrialize cada mais vez”, afirma. Segundo Dedecca, isso não enfraquece a economia da cidade. Muito pelo contrário. **Há uma seleção de empregos de melhor qualidade e, consequentemente, que remunera melhor.** “A capital paulista tem a melhor qualidade de mão de obra e a maior concentração de renda do Brasil. Um bom termômetro para medir o poder aquisitivo dos habitantes de São Paulo é a frota de carros, que é uma das maiores do mundo”, pondera. Contudo, um dos impactos dessa concentração financeira, segundo ele, é o aumento da desigualdade social, que ergue uma fronteira invisível entre a São Paulo para quem pode pagar e a cidade dos paulistanos que sobrevivem a ela.

INTERIOR PUJANTE

De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a região metropolitana de São Paulo apresentou taxa de migração negativa (-1,6 por mil habitantes) na última década (2000-2010). Essa retração contribuiu para manter a taxa de crescimento populacional do Estado inferior a 1% ao ano, a menor desde a década de 1970. Em contrapartida, a região de Campinas destaca-se como uma das mais importantes do Estado em termos de atração populacional. A taxa de migração da área, en-

tre 2000 e 2010, foi de 6,5 migrantes ao ano por mil habitantes, mais de cinco vezes superior à média estadual (1,2 migrante ao ano por mil habitantes). Campinas, com saldo migratório líquido próximo de 38 mil migrantes ao ano, respondeu por quase 80% do volume de migração do Estado de São Paulo, entre 2000 e 2010.

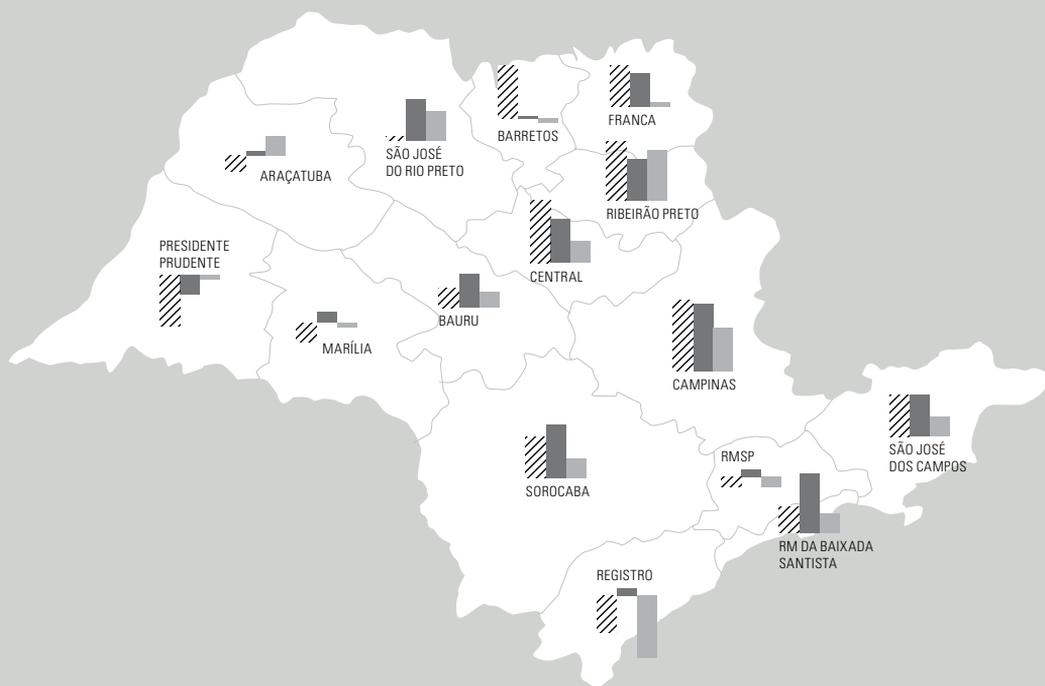
O segundo agrupamento regional que chamou atenção no levantamento do Seade foram as regiões de Ribeirão Preto e de São José do Rio Preto, com elevados dinamismos migratórios na última década. Ribeirão Preto registrou a maior taxa de crescimento populacional entre todas as regiões paulistas (1,6% ao ano) e, diferentemente do conjunto do Estado, a taxa de migração se elevou de 6,5 para 7,6 migrantes ao ano por mil habitantes entre as décadas de 1990 e 2000.

Essa tendência de migração interiorana não é privilégio de São Paulo. Na medida em que as grandes cidades brasileiras se consolidam cada vez mais como metrópoles de negócios, os municípios do interior do País crescem em proporções nunca alcançadas e podem se tornar os novos motores da economia nacional. Estudo do The Boston Consulting Group (BCG) aponta as famílias de classe média sediadas no interior do País como as principais alavancas para o crescimento de diversas categorias de consumo, representando um mercado de US\$ 600 bilhões em 2020 – mais da metade do crescimento do consumo no País até lá.

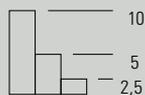
“Esse fenômeno de migração dos processos industriais das grandes empresas para o interior paulista é notado desde a década de 1970. A tendência é mais estrutural do que propriamente algo que afete a economia brasileira. São Paulo não se transformará em uma cidade-fantasma, apenas continuará sendo o grande centro financeiro do País” afirma Dedecca, que compara o movimento ao observado em metrópoles como Nova York,

ESTUDO DO THE BOSTON CONSULTING GROUP (BCG) APONTA AS FAMÍLIAS DE CLASSE MÉDIA SEDIADAS NO INTERIOR DO PAÍS COMO AS PRINCIPAIS ALAVANCAS PARA O CRESCIMENTO DE DIVERSAS CATEGORIAS DE CONSUMO

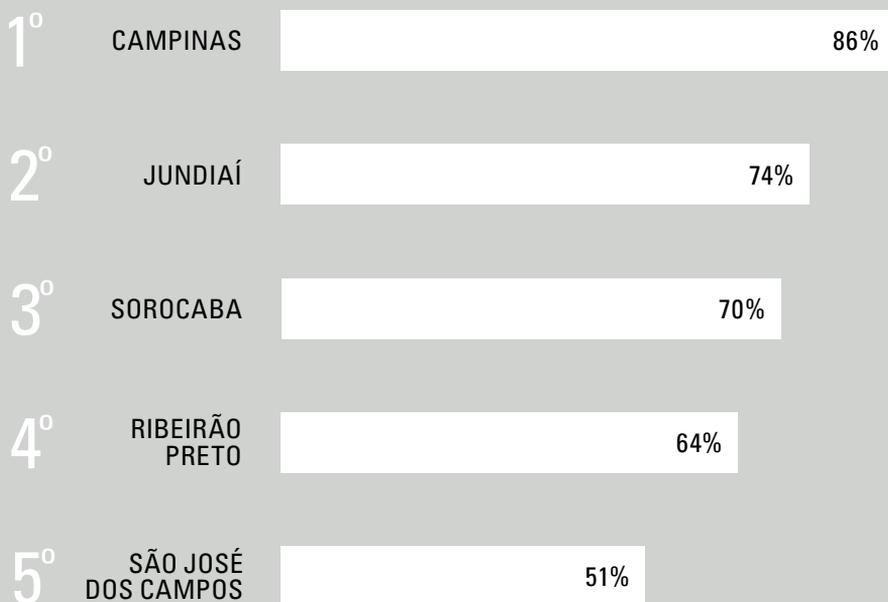
EVOLUÇÃO DAS TAXAS ANUAIS DE MIGRAÇÃO



TAXAS ANUAIS DE MIGRAÇÃO
(POR MIL HABITANTES)



TOP 5 DAS CIDADES MAIS ATRATIVAS SOB A ÓTICA DOS EXECUTIVOS



Londres, Paris, Frankfurt e Buenos Aires. Elas concentram grandes edifícios corporativos, registram os aluguéis domiciliares mais caros de seus países, respondem pela maior movimentação financeira, não sediam centros industriais e, mesmo assim, não perdem a força. A relevância econômica desses polos obriga as corporações a manter escritórios lá.

O interior paulista também se mostra atrativo para os trabalhadores que buscam melhores oportunidades de emprego. Segundo pesquisa realizada em 2014 pela empresa de recrutamento Heads, 91% dos 1.125 profissionais paulistanos entrevistados consideraram o interior de São Paulo muito atrativo para viver, trabalhar e estudar. O estudo aponta ainda que 72% dos executivos ouvidos já realizaram mudanças de cidade por motivos profissionais.

A pesquisa revelou também que os jovens são os que mais buscam oportunidades nas cidades interioranas, sendo 47% deles com até dez anos de carreira. Entre os motivos que tornam o interior do Estado atrativo para os trabalhadores estão “qualidade de vida”, avaliada como “muito bom” por 80% dos entrevistados; seguido por “oportunidades para se trabalhar”, com 55% de “muito bom”; e “estudar”, com satisfação de 45%.

A GOTA D'ÁGUA

A crise hídrica que assola o Sudeste e castiga ainda mais a região metropolitana de São Paulo (RMSP) pode motivar a migração de empresas. “Caso ocorra um racionamento rigoroso, poderemos assistir a um êxodo para o interior e até para outros Estados do País. Parece irônico afirmar que a falta de água seria a ‘gota d’água’ para que muitos cidadãos decidam abandonar a cidade que dá sinais de insustentabilidade”, afirma o presidente do Conselho de Desenvol-

vimento Local da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), Jorge Duarte.

A hipótese de racionamento, segundo aponta Duarte, pode ter impacto negativo no comércio, principalmente para quem lida com produtos de menor necessidade. “Se o racionamento e a falta de água vierem a ocorrer nos próximos meses, o comércio tende a ser impactado. Para muitos negócios, a água é um insumo primordial. Por consequência, a dinâmica econômica será afetada”, aponta.

A crise no abastecimento de água já se reflete no custo de vida do paulistano. Segundo o Custo de Vida por Classe Social (CVCS) para a região metropolitana de São Paulo, apurado mensalmente FecomercioSP, sofreram impacto grupos como Alimentação e bebidas e Habitação. Enquanto os preços de produtos e serviços cresceram, em média, 6% no acumulado de 2014, o subgrupo refrigerante e água mineral registrou incremento de 13,3% no período. Em 2013, o subgrupo havia se elevado em 6,73%.

Além da crise hídrica, o paulistano anda insatisfeito com os problemas decorrentes do crescimento desordenado da metrópole, especialmente aspectos relacionados a mobilidade urbana, transporte público, violência e custo de vida. “Não se pode afirmar que o êxodo pode ser estimulado apenas pela falta de água. Há o problema da sensação de insegurança, enchentes, poluição, trânsito carregado, mobilidade limitada, ocupação desordenada e falta de um projeto de desenvolvimento sustentável claro, de curto, médio e longos prazos. Esses problemas estão na mente do paulistano que não vê perspectivas de melhora”, afirma Duarte. Enquanto nenhum projeto dos governos municipal e estadual amenizar, de fato, a tendência é que muita gente – e muitas empresas – opte pelo interior. [6]

Crise no abastecimento de água afeta o comércio

CRISTIANE CORTEZ, ASSESSORA
DO CONSELHO DE SUSTENTABILIDADE
DA FECOMERCIO-SP

JAIME VASCONCELLOS, ASSESSOR
ECONÔMICO DA FECOMERCIO-SP

A crise hídrica assola o País inteiro. As áreas mais povoadas, como as regiões metropolitanas dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, certamente sofrerão um impacto maior. Várias medidas vêm sendo tomadas pelo Governo do Estado de São Paulo, como o bônus para consumidores que diminuem o consumo, a redução da pressão no sistema de abastecimento – o que evita perdas –, o uso de outros reservatórios para atender a regiões antes abastecidas pelo Sistema Cantareira e a quantidade menor de água vendida para os sistemas autônomos de abastecimento de algumas cidades.

A redução da pressão, por si só, já impõe o racionamento. Entretanto, tudo indica que será necessário um rodízio para garantir o abastecimento no outono/inverno de 2015. Esse rodízio pode afetar apenas a região atendida pelo Cantareira ou todos os usuários da região metropolitana. A quantidade de dias sem/com abastecimento também deve variar. Há áreas da região metropolitana de São Paulo, por exemplo, onde a água leva um dia inteiro para chegar. Assim, nesses casos, seriam necessários ao menos dois dias com abastecimento. Especialistas afirmam que rodízios 2x2 não são eficientes. Logo, as possibilidades de rodízio são 3x2, 4x2 ou 5x2, ou seja, poderíamos chegar ao extremo de cinco dias sem água e dois dias com água.

Há pelo menos um ano, os empresários utilizam economizadores, eliminando desperdícios, adaptando os sistemas de reservação e verificando a possibilidade de poços artesianos, o aproveitamento de água da chuva e a utilização de água de reúso. É um investimento que, no médio prazo, tende a ser positivo. No

curto prazo, porém, esse aumento pontual de custo afetará as finanças dos estabelecimentos, uma vez que eles não deverão integralizá-lo em seu caixa ou em sua margem de lucro. Os efeitos serão sentidos no preço final ao consumidor. Essa realidade é ainda mais evidente quando se avalia um setor como o comércio, formado em 97% por estabelecimentos com até 20 colaboradores. As micros e pequenas empresas já possuem margens estranguladas e menor potencial concorrencial – quadro agravado pelo atual cenário econômico.

O racionamento de água já ocorre, mas um rodízio, seja como for, certamente causaria ainda mais impacto nos negócios. A grande preocupação é a dificuldade que muitos estabelecimentos possam sentir para manter o horário de funcionamento, haja vista os obstáculos já impostos pela redução de pressão no sistema de abastecimento. Para quem não possui formas de reservação, a falta de água não apenas impossibilita a manutenção do atendimento aos clientes, mas também afeta as condições de trabalho dos colaboradores. Obviamente, algumas atividades dos setores de comércio e serviços tendem a sofrer mais as consequências da crise, entre elas bares, restaurantes, supermercados, lavanderias e salões de beleza.

O estabelecimento fechado compromete a quantidade de postos de trabalho e a receita de vendas. Como a demanda hídrica de cada empresa varia bastante – depende da atividade, do tamanho, do número de funcionários e da estrutura física –, torna-se improvável manter um padrão para mensurar as perdas. Entretanto, por meio dos números da Pesquisa Conjuntural do Comércio

Varejista no Estado de São Paulo (PCCV), da FecomercioSP, estima-se que o faturamento bruto corrente diário do varejo paulistano circunda os R\$ 430 milhões, conforme a média de janeiro a outubro de 2014. Assim, se, por exemplo, 5% desses estabelecimentos tiverem de baixar suas portas por causa da falta de água, a perda seria de R\$ 21,5 milhões por dia. Considerando também o comércio varejista das regiões de Guarulhos, ABCD e Osasco, a perda diária desses 5% chegaria a R\$ 36,5 milhões.

O cenário é preocupante. Notícias divulgadas nos últimos dias indicam que a demanda por água mineral deve aumentar, visto que muitos consumidores, preocupados com a possibilidade de rodízio, já começaram a estocar o produto, que deve ficar cada vez mais caro – dados do IPCA mostram que o item Refrigerante e água mineral apresentou alta de 13,3% em 2014 na RMS, ante 8,8% em todo o Brasil. A seca pressionou os preços de alimentos e bebidas em 2014, que na cidade de São Paulo responderam por 35% da alta do indicador que mede a variação do custo de vida das famílias, o Custo de Vida por Classe Social (CVCS), da FecomercioSP. Os investimentos feitos pelos empresários devem intensificar esse aumento dos preços, tanto no varejo quanto nos serviços, mas a realidade pode se tornar ainda mais árida com o rodízio de abastecimento. A possibilidade de redução do horário de expediente das empresas, principalmente se o formato 5x2 for instituído, afetaria diretamente seu funcionamento e sua receita de vendas e, conseqüentemente, os postos de trabalho – os já existentes e os que ainda serão criados. Enfim, até para os mais otimistas está difícil ver o copo meio cheio. [8]

Você já pensou em garantir a sua **proteção?**

É por isso que a **FecomercioSP**, em parceria com a **JB Paglia Consultoria de Seguros**, traz mais um produto inovador para seus colaboradores: o **Grupo Duxcon – Seguros**.



São diversas opções de seguro, como:



SEGURO DE
AUTOMÓVEL



SEGURO
EMPRESARIAL



SEGURO DE
FIANÇA LOCATÍCIA



SEGURO DE
RESPONSABILIDADE CIVIL



SEGURO DE
R. CIVIL DE EXECUTIVOS



SEGURO DE
TRANSPORTE



SEGURO DE
TRANSPORTE NACIONAL



SEGURO DE
VIDA

Tudo o que você precisa para se manter **seguro** e **protegido**.

Para mais informações, acesse:
www.duxcon.com.br/fecomerciosp
atendimento@duxcon.com.br

Central de Vendas: 11 3017-8646
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

EM ASCENSÃO

Peru começa a despontar no cenário latino-americano como um país promissor. Ainda há desafios enormes a serem vencidos, mas o constante crescimento vem chamando atenção de investidores.

TEXTO **ROBERTA PRESCOTT**

FOTOS **EMILIANO HAGGE**



A estabilidade conquistada nas últimas décadas, tanto econômica quanto política, alçou o Peru à posição de destaque na América Latina. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o Produto Interno Bruto (PIB) daquele país cresceu, em média, 6,2% por ano entre 2005 e 2014. A inflação está controlada – 3,2% em 2014 – e a taxa de juros está na casa dos 3%. No entanto, o Peru tem desafios importantes a vencer: *é um país pobre que tem muita desigualdade social e um alto grau de informalidade no mercado de trabalho*. Há também a questão do narcotráfico, que precisa ser combatido.

Ainda que a economia peruana tenha se desgastado no ano passado, crescendo abaixo das expectativas, os analistas acreditam que o Peru seguirá na rota de crescimento e estão otimistas em relação ao desempenho do país. O PIB registrou em dezembro aumento de 0,5% e fechou 2014 com incremento de 2,4%. Portanto, ele está acima da média da América Latina e do Caribe, cujo PIB cresceu 1,1% em 2014 – a taxa de expansão mais baixa desde 2009, segundo a Cepal.

Com abundantes recursos naturais, o Peru se favoreceu da alta dos preços das *commodities* e do crescimento da China, que, durante anos, injetou capital em diversas nações por ser um grande consumidor de petróleo, minério de ferro e outras mercadorias. “O Peru é o segundo maior produtor de cobre do mundo. Ele se beneficiou da alta”, afirma o economista da Moody’s Analytics, Juan Pablo Fuentes.

A retração da economia peruana foi bastante motivada pela queda nos preços das *commodities*, principalmente dos metais, como cobre e outros. O setor primário puxou a economia para baixo em 2014 – a diminuição do PIB nesse segmento foi de 2,3%, sendo que o da pesca caiu 27,9%; o de mineração e hidrocarbonetos, -0,8%; e o de manufatura, -3,3%.

“O PAÍS OPTOU PELA LIBERALIDADE DE MERCADO, POR TER ECONOMIA DE MERCADO E EMPREENDEDORISMO. COM ISSO, A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE É MAIS LENTA, MAS ESTÁ OCORRENDO”

ALBERTO PFEIFER, DIRETOR DA LATINUS CONSULTORIA



Para tentar reverter a situação, o presidente Ollanta Humala anunciou um pacote de estímulos avaliado em US\$ 3,9 bilhões, que inclui aumento de 22% dos gastos públicos – o maior nível desde 1977. O governo peruano mantém uma balança fiscal superavitária, o que lhe permite fazer manobras para injetar ânimo na economia e segurar as altas do dólar. Assim, investimentos vêm sendo feitos em infraestrutura sem aumentar a dívida pública. Em meados de fevereiro, segundo dados do Banco Central do Peru, as reservas internacionais lí-

quidas alcançaram US\$ 62,3 bilhões, o equivalente a 30% do PIB e a 18 meses de importações.

O governo também tem apostado nas parcerias público-privadas. Um total de 27 projetos já foi leiloado a um custo de US\$ 19 bilhões e a expectativa é de que esse tipo de investimento alcance 28,3% do PIB até 2017, o que, segundo o J.P. Morgan, vai suportar o crescimento tanto no curto quanto no longo prazo.

Um relatório do J.P. Morgan, de outubro de 2014, aponta que a dívida pública de 19% do PIB em termos brutos, e menos de 5% em termos

reais, cria espaço para uma política fiscal mais expansionista, mas indica também que o governo quer permanecer no superávit fiscal.

Com a economia peruana gerenciada que apresenta sólidos indicadores fiscais, a tendência de aumento no PIB continua. Para este ano, os analistas esperam recuperação econômica, mas divergem quanto à taxa de crescimento do PIB. Enquanto o Banco Central do Peru acredita que a economia vai crescer 4,8% em 2015, a Moody's Analytics fala em um percentual de 4,5% e o J.P. Morgan aposta em um avanço de até 3,7%, salientando que, ainda assim, o Peru seguirá liderando as altas taxas de crescimento na América Latina.

O aumento projetado para o próximo ano leva em consideração alguns fatores que ocorreram em 2014 e que não devem se repetir. A pesca, por exemplo, foi muito afetada pela mudança climática, impactando o PIB. Há um entendimento de que este e outros setores vão se recuperar. “Uma grande pergunta é o que se passará com os investimentos privados que caíram em 2014. O prognóstico oficial é de que haverá uma recuperação”, avalia o oficial de assuntos econômicos da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal, Rodrigo Cárcamo-Díaz.

Ainda que os investimentos privados sejam retomados, Cárcamo-Díaz não espera que eles ocorram no setor de mineração. A expansão pode vir de dois grandes projetos de infraestrutura que, em conjunto, somam US\$ 9 bilhões: a construção da Linha 2 do metrô e do gasoduto sul-peruano.

A perspectiva de crescimento dos especialistas também toma por base um cenário macroeconômico que tem se mostrado estável nos últimos 20 anos. “No Peru, parece haver um consenso político do que precisa ser feito para manter a economia estável. Houve um

pouco de receio de que o presidente Humala pudesse ser populista, mas ele está seguindo [a mesma linha]”, explica Fuentes, da Moody's.

O membro fundador do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional da USP (GACInt-USP) e diretor da Latinus Consultoria, Alberto Pfeifer, lembra que mesmo os presidentes com apelo populista vêm seguindo uma cartilha econômica mais liberalizante. “O Peru continua se abrindo, fazendo parcerias e promulgando leis que incentivam os investimentos privados”, destaca.

Na avaliação dele, os governos souberam aproveitar o “boom” dos preços das *commodities* e investiram no desenvolvimento do setor agrícola, direcionando-o para bens mais sofisticados e com maior uso de tecnologia. “Hoje, a exportação está mais variada”, defende Pfeifer. Contudo, para Cárcamo-Díaz, da Cepal, há espaço para mais diversificação. “É preciso manter o fluxo de investimentos tanto público quanto privado e diversificar a economia para se ter um balanço maior e enfrentar melhor a queda nos preços das *commodities*”, salienta.

Buscar a internacionalização foi a saída para manter as taxas de expansão do PIB. Acordos comerciais, como o da Aliança do Pacífico, que tem também México, Colômbia e Chile como países-membros, têm gerado oportunidades de investimentos e negócios. “O Peru tem se mostrado um país interessante e promissor para se investir, principalmente quando se observam os vínculos que ele tem”, defende Pfeifer.

DESAFIOS A VENCER

No entanto, apesar do progresso econômico, o Peru permanece com alto índice de pobreza, desigualdade social e, ainda, enfrenta o desafio de combater o narcotráfico, uma ameaça constante à segurança nacional. O país é um

Peru em números

2,4%

Crescimento do PIB em 2014

3,2%

Inflação acumulada em 2014

US\$ 62 BILHÕES

Reservas internacionais

50%

Mão de obra informal

dos principais produtores mundiais da folha de coca e da cocaína. Segundo dados informais, o narcotráfico representava de 2,5% a 6% do PIB em 2011.

A informalidade, que chega aos 50% do total do mercado de trabalho, é outro desafio. Falta ao Peru resolver questões importantes sobre o que fazer para as pessoas ingressarem formalmente no mercado e como aumentar a produtividade. Analistas afirmam que seria preciso aprovar a reforma trabalhista, o que é improvável ocorrer um ano antes da eleição presidencial. Além disso, é necessário melhorar o nível educacional da população.

“A América Latina precisa fazer uma reforma trabalhista, mas esse tema é quase tabu na região. No Peru, os custos são muito elevados para as empresas. Elas pagam o dobro [*do salário do empregado em função dos impostos*] e, por isso, pensam muito antes de contratar alguém”, defende Fuentes.

“O país optou pela liberalidade de mercado, por ter economia de mercado e empreendedorismo. Com isso, a redução da desigualdade é mais lenta, mas está ocorrendo”, pontua Pfeifer. Para ele, o Peru conta com receitas suficientes para dar conta de sua dívida social e que, seguindo a linha atual de condução econômica, dentro de 20 ou 30 anos o país será de classe média. “Comparando com 20 anos atrás, houve muito crescimento, mas há uma população indígena muito pobre.”

Ainda que seja impactado pela queda nos preços das *commodities* e pela desaceleração da China, o Peru continua sendo uma opção atraente para investimentos estrangeiros. O aumento do consumo interno, a estabilidade macroeconômica, a baixa inflação e a projeção de crescimento do PIB acima da média dos países da região têm despertado interesse sobre o País. [6]

MINISTÉRIO DA CULTURA E ITAÚ APRESENTAM

A ÚLTIMA SESSÃO



**LAURA
CARDOSO**

**NÍVEA
MARIA**

**ETTY
FRASER**

**SYLVIO
ZILBER**

**MIRIAM
MEHLER**

**SONIA
GUEDES**

**GÉSIO
AMADEU**

**YUNES
CHAMI**

**GABRIELA
RABELO**

**MARLENE
COLLÉ**

TEXTO E DIREÇÃO: **ODILON WAGNER**

DE SEXTA A DOMINGO

SEXTA ÀS 21H30

SÁBADO ÀS 21H00

DOMINGO ÀS 19H00

Teatro
RAULCORTEZ



RUA DR. PLINIO BARRETO, 285
BELA VISTA - SP

FECOMERCIO SP

VENDAS E INFORMAÇÕES

COMPREENGRESSOS

11 2626.5282
compreingressos.com



PROMOÇÃO



PATROCÍNIO



APOIO

st i l g r a f

maremonti
PIZZA & CUCINA



MC
HAIR DESIGN

TRANSPORTADORA OFICIAL

Avianca

REALIZAÇÃO

Itaporã
comunicação



Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Classificação etária: **12**

PROGRAMA APRENDIZAGEM NO SENAC.

**EMPRESA,
FAÇA PARTE
DO PROGRAMA
APRENDIZAGEM
NO SENAC
E ESCOLHA
MUDAR A VIDA
DE MUITOS
JOVENS.**

Além de cumprir a lei, você ajuda a preparar os jovens para o mercado de trabalho. Uma ótima escolha para a empresa e para esta **futura geração de profissionais.**



publicisbrasil

Empresário, entre em contato com o Senac e informe-se sobre as turmas do Programa Aprendizagem com inscrições abertas.

**www.sp.senac.br/cursosgratuitos
0800 883 2000**

Senac